

PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Cajazeiras – PB

Fevereiro 2011

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAJAZEIRAS – FESC
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS – FAFIC

PRESIDENTE DA FESC

Dom José González Alonso

DIRETOR DA FAFIC

Pe. Agripino Ferreira de Assis

VICE - DIRETORA

Maria Iêda Félix Gualberto

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Vanderlúcia de Alencar Feitosa de Oliveira

COORDENADORA DO CURSO

Ms. Francineide Fernandes de Lucena

COORDENADORA DE ESTÁGIO

Esp. Maria Lúcia Linhares de Azevedo

COORDENADORA DE EXTENSÃO

Esp. Aline de Medeiros Silva

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Ms. Francineide Fernandes de Lucena - Coordenadora

Ms. Alison Cleiton de Araújo

Ms. Eliane Leite Mamede

Dr^a Marlene de Melo Barboza Araújo

Esp. Maria Lúcia Linhares de Azevedo

Ms. Josefa Nunes Pinheiro

IDENTIFICAÇÃO

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social

INSTITUIÇÃO

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC

Endereço: Rua Padre Ibiapina, SN- Centro

CEP: 58900-000

Telefone: (0**83) 3531-3500 / 3531-1266

E-mail: fafic@fescfafic.edu.br

E-mail curso: ssocial@fescfafic.edu.br

SUMÁRIO

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	06
1.1 Identificação da Instituição e da Entidade Mantenedora.....	06
1.2 Relacionamento entre a Mantida e a Mantenedora.....	06
1.3 Experiência da Instituição Mantenedora.....	07
2. MISSÃO, CONCEPÇÃO FILOSÓFICA E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO.....	07
2.1 Missão da FAFIC.....	07
2.2 Concepção Filosófica.....	08
2.3. Objetivos da Instituição.....	08
3. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO.....	09
4. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	12
5 OBJETIVO DO CURSO.....	13
5.1 Objetivo Geral.....	13
5.2 Objetivos Específicos.....	13
6. PERFIL DO PROFISSIONAL.....	14
7. MERCADO DE TRABALHO.....	15
8. ORGANIZAÇÃO DO CURSO.....	16
9. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	17
10. INCENTIVO À EXTENSÃO E A PESQUISA.....	19
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC.....	22
12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	22
13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	23
14. AUTO AVALIAÇÃO NA IES.....	25
14. 1 Auto-avaliação Institucional.....	26
14. 2 Sistema de avaliação do curso.....	27
14.3 Avaliação docente.....	27
15. ESTRUTURA CURRICULAR.....	28
16. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS.....	36
17. CORPO DOCENTE.....	87
18. DADOS DO COORDENADOR DO CURSO.....	88
19. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	88
20. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO.....	89
21. SUPORTE TÉCNICO PEDAGÓGICO.....	90

22. INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	20
Anexo I REGULAMENTO DE ESTÁGIO.....	93
Anexo II REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	101
Anexo III REGULAMENTO PARA APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TCC.....	105
Anexo IV REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR.....	116
Anexo V REGULAMENTO DA BIBLIOTECA.....	119
REFERÊNCIAS.....	125

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

1.1 Identificação da Instituição e da Entidade Mantenedora

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC – com sede na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, CEP 58 900 – 000, telefax (83) 3531-3500, site www.fescfafic.edu.br, e-mail fafic@fescfafic.edu.br, é um estabelecimento isolado de Ensino Superior, de organização pluricurricular, destinado ao ensino, à pesquisa e à extensão. Foi fundada pela Lei Municipal nº 503, de 17 de janeiro de 1970, da Edilidade de Cajazeiras; autorizada a funcionar pela Resolução 04/70, do Conselho Estadual de Educação da Paraíba, datada de 19 de janeiro de 1970, e que se tornou efetiva pelo Decreto do Poder executivo Federal nº 66.472, de 22 de abril de 1970.

A FAFIC é mantida pela Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras - FESC, constituída sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Diocese de Cajazeiras, em 19 de março de 1965, com sede e foro na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba e cujo Estatuto está registrado no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Títulos e Documentos, sob o número de ordem 1.143, Livro B, nº 10.

Localizada no extremo oeste do Estado da Paraíba, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras abrange uma área que se estende aos municípios interioranos de outros estados da Região Nordeste, como Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, o que a coloca em posição estratégica.

1.2 Relacionamento entre a Mantida e a Mantenedora

O relacionamento entre a mantida, *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC* e a Mantenedora, *Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras – FESC*, é de dependência jurídica e institucional. A FAFIC tem autonomia didático-pedagógica, acadêmica e administrativa nos limites do Estatuto da Mantenedora e de acordo com o que dispõe o seu Regimento Interno. Os dirigentes da Administração Superior da Faculdade são nomeados pelo presidente da Fundação, conforme disposições estatutárias. A mantida tem estrutura organizacional e instâncias de decisão próprias, havendo possibilidade de recurso à Mantenedora.

A relação, também é de ordem histórica, tendo em vista que a criação da Mantenedora deu-se em razão da necessidade de se implantar uma faculdade no Sertão da Paraíba, sendo então fundada a FAFIC.

1.3 Experiência da Instituição Mantenedora

A Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras surgiu da necessidade premente de profissionais habilitados em educação, no alto Sertão da Paraíba e de estados circunvizinhos, visando à melhoria do nível de ensino nas escolas públicas e privadas.

Assim sendo, é incontestável sua experiência na manutenção do ensino superior desde 1970, quando, buscando dar uma resposta positiva às deficiências regionais de educação, foi logo criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras - FAFIC, atendendo a 53 municípios dos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com os Cursos de Licenciatura de 1º grau em Estudos Sociais e Ciências, Licenciaturas Plenas em Letras (Habilitação em Português e Inglês), em Filosofia, Geografia e História, os quais foram reconhecidos em 1976.

Também, na época em que se dava a interiorização do ensino superior, com sede nesta cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, a FESC, através de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, mediante convênio MEC/DAU, ministrou Cursos de Especialização de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Lingüística, História do Brasil, História Contemporânea, História Medieval, História Antiga e Sociologia, atendendo a professores de grande parte do Nordeste do Brasil.

A FESC ainda manteve convênio com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para complementar o seu Curso de Ciências de 1º Grau com as Licenciaturas Plenas de Matemática, Física, Química e Biologia.

Até o ano de 2007, a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras manteve, na cidade de Pombal, no alto sertão paraibano, os cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis e em Agronomia, expandindo, desta forma, o ensino superior na Paraíba.

2. MISSÃO, CONCEPÇÃO FILOSÓFICA E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO.

2.1 Missão da FAFIC

A partir da liberdade criadora e responsável, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Cajazeiras propõe-se a fazer a experiência da solidariedade, assumida e tematizada criticamente na fidelidade ao que é autenticamente humano. Compromete-se em promover e facilitar a geração (criatividade) e comunicação (socialização) do saber filosófico perenemente válido, mediante uma “práxis” transformadora da realidade, em vista da construção de uma civilização mais humana e mais cristã, privilegiando o diálogo entre pessoas, grupos e comunidades, no respeito às diferenças.

Fundamentada nestes princípios, a FAFIC objetiva formar cidadãos para o sucesso na vida profissional, pessoal e social, adotando uma postura pedagógica interdisciplinar que reflita sua abordagem holística do conhecimento, a manutenção de currículo atualizado, oportunidades de uma educação continuada, disponibilizando equipamentos modernos e oferecendo um sistema de apoio ao estudante, a fim de possibilitar o desempenho de seu papel social integral e integrado.

2.2 Concepção Filosófica

No exercício da racionalidade crítica, iluminada pela fé e orientada pelos valores humanos fundamentais, a FAFIC, como instituição confessional inspirada na doutrina cristã de orientação católica, adota como parâmetros norteadores:

I - a dignidade da pessoa humana, como “o que há de mais perfeito na natureza”, criada à imagem e semelhança de Deus, e merecedora das condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento e atuação;

II - a parceria com outras instituições de ensino superior, identificadas com a busca do saber, comprometendo-se com a libertação integral do ser humano;

III - a criação de um ambiente acadêmico aberto à inovação, sendo um instrumento eficiente de formação de profissionais engajados na transformação da sociedade;

2.3. Objetivos da Instituição

Comprometida com a sociedade na formação de profissionais qualificados e possuidores de uma consciência crítica sobre a realidade que os cerca, a FAFIC traça o seu plano de ação na tríade acadêmica ensino, pesquisa e extensão, oportunizando ao aluno o aprofundamento de seus conhecimentos de modo a possibilitar uma formação continuada, e capacitando-o para o exercício da cidadania com responsabilidade e ética.

Considerando que a educação é a principal mediadora entre o homem e a sociedade e, por esta razão, tende a se amoldar às exigências da época, a FAFIC procura investir em uma prática didático-pedagógica que facilite o desenvolvimento de um saber não esfacelado ou isolado, mas integrado e global, sempre direcionado ao social e ao comunitário.

Ainda, pelo mesmo motivo, e levando em conta as tendências de mercado, está pleiteando a oferta de novos cursos, a fim de proporcionar mais opções à juventude da região polarizada por Cajazeiras e, conseqüentemente, mais oportunidades de trabalho.

Para cumprir todas estas metas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras tem por objetivos:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

3 JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

O município de Cajazeiras está localizado na Mesorregião do Sertão Paraibano e na

Microrregião do Sertão das Cajazeiras, com uma área de 567 km², distando cerca de 461 km da capital, João Pessoa. A população do município de Cajazeiras é composta de 58.437 habitantes de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010). A cidade constitui-se no maior município da região do Alto Piranhas e atrai a migração de população adulta dos Estados vizinhos do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco- polarizando mais de 100 municípios.

O município integra a região do Alto Piranhas juntamente com outros quinze pequenos municípios e polariza toda a região, a qual, segundo o Censo Demográfico do IBGE em 2010, atinge uma população de 167.974 mil habitantes, o que representa 4,6% da população total do Estado da Paraíba.

A região do Alto Piranhas apresenta, tradicionalmente, a agricultura como atividade econômica mais importante dos municípios que a integram, tendo experimentado um declínio na última década. O Diagnóstico Sócio-Econômico do Município de Cajazeiras (IEST, 2002, p. 5) aponta, entre outros fatores, para a crise econômica da região “a defasagem tecnológica nos métodos de produção e o baixo grau de educação e formação profissional da população.”

Diante desse quadro, o estudo identifica dois eixos de ação no sentido de buscar o desenvolvimento sustentável da região:

- a) atacar os graves problemas sociais como desemprego, pobreza, desnutrição, êxodo, atraso escolar, trabalho infantil, déficit habitacional, saneamento, saúde e degradação do meio ambiente; b) adotar medidas estruturais na geração de emprego e renda que associe as vantagens competitivas da região, atraindo assim amplo investimento (IEST, 2002, p.5).

Um dos fatores que justificam a importância que a cidade exerce na região diz respeito ao aspecto educacional, visto que Cajazeiras tem uma histórica tradição educacional, possuindo uma boa infra-estrutura neste setor, sendo até mesmo conhecida como a “cidade que ensinou a Paraíba a ler”. Conta com um bom número de escolas privadas e públicas que atendem desde a educação infantil até o ensino superior. No que diz concerne ao ensino superior, a cidade agrega um conjunto considerável de instituições: 02 públicas - Universidade Federal de Campina Grande e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica da Paraíba e 03 privadas - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC, Faculdade Santa Maria e Faculdade São Francisco. Desta forma, a cidade é detentora de renomadas instituições educacionais, potencializando uma demanda, segundo dados do **IBGE (2008)** de aproximadamente 41.000 estudantes que se encontram no ensino médio e fundamental, aptos

e ingressarem, em um curto espaço de tempo no ensino superior.

Tomando como referência os dados expostos, é que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras-FAFIC propõe-se a oferecer à comunidade de Cajazeiras e cidades circunvizinhas um curso de Serviço Social, tendo em vista o atendimento das necessidades educacionais de uma parcela significativa da população do alto sertão da Paraíba.

Comprometida com o ensino de qualidade e diante da carência de outras instituições de ensino superior em Cajazeiras que melhor atendam a demanda, a FAFIC emerge como uma nova possibilidade de atender aos alunos interessados em aperfeiçoar o saber acerca das novas teorias e práticas do Serviço Social.

Neste contexto, faz-se necessário destacar a importância do trabalho do profissional de Serviço Social para a região de abrangência da FAFIC, haja vista que os municípios que compreendem a região do Alto Piranhas vivenciam inúmeras vulnerabilidades na área social. Daí a necessidade de políticas públicas definidas, uma vez que a sociedade, mediante carências econômicas, nega-se a cumprir os direitos sociais do homem.

Constatam-se vários problemas resultantes deste modelo: a pauperização relativa da população, os impactos da reestruturação produtiva com a diminuição de empregos, êxodo rural, ampliação de formas precarizadas de trabalho pautado na informalidade, falta de acesso aos serviços básicos: alimentação, saúde, educação, previdência, assistência social, a violência generalizada, e as várias modalidades de clientelismo e corporativismo. E toda essa problemática requer atuação de profissionais devidamente qualificados que possam atuar na implementação de políticas públicas, as quais venham garantir a melhoria da qualidade de vida da população residente nesses municípios.

Vale ressaltar que, nos últimos anos, com a ampliação das políticas públicas na região do Alto Piranhas, novos espaços sócio-ocupacionais foram constituídos, demandando um número significativo de profissionais Assistentes Sociais. Dentre esses espaços, é inegável a importância da Política Nacional de Assistência Social que promoveu um redimensionamento dos programas e serviços sócio-assistenciais, concentrados nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, no Programa Bolsa Família, e tantos outros. Acrescem os programas e serviços na área da saúde: a inserção do Assistente Social nos Hospitais, nos Núcleos de Atenção à Saúde da Família – NASF, nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e nas Secretarias

Municipais de Saúde, além da emersão do Serviço Social na Educação (Secretarias Municipais de Educação, equipes multiprofissionais de atenção às escolas, núcleos de educação inclusiva); e na previdência (INSS).

Desta forma, a oferta do Curso de Bacharelado em Serviço Social muito contribuirá para a formação de profissionais que atuarão nas mais variadas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento através de políticas públicas.

4. CONCEPÇÃO DO CURSO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS - FAFIC			
DADOS DO CURSO			
CURSO	MODALIDADE	VAGAS	TURNOS
Serviço Social	Bacharelado	50 + 50	Manhã e Noite

O Serviço Social, enquanto profissão institucionalizada e inscrita na “divisão sócio técnica do trabalho”, busca, entre as classes subalternizadas da sociedade, a construção e inclusão destes segmentos no processo produtivo, estabelecendo mediações no âmbito das instituições sociais no que diz respeito à garantia dos direitos de cidadania, à garantia efetiva do trabalho ou à articulação com outros segmentos sociais na luta por melhores condições de vida.

À medida que cresce a demanda social imposta no cotidiano dos sujeitos sociais, a atuação do profissional do Serviço Social torna-se ainda mais imperativa, pois ele busca várias formas de intervir na realidade social, haja vista que o processo de reestruturação do capital exclui grande contingente do mercado de trabalho, aumentando as desigualdades sociais.

Desta forma, a profissão do Serviço Social é compreendida a partir da dinâmica das contradições sociais e das mudanças que ocorrem no contexto sócio-histórico da sociedade brasileira, sendo a questão social tema recorrente e objeto de sua intervenção.

Para tanto, o Curso buscará formar profissionais qualificados e atualizados que possam atender às demandas e requisições do mercado de trabalho, inseridos na divisão social e técnica do trabalho coletivo, sobretudo nos processos que tenham por alvo a produção e reprodução da vida das classes sociais subalternizadas.

Espera-se que a atuação do Assistente Social possibilite a construção de uma prática profissional que contribua para uma racionalidade emancipatória, que ultrapasse a imediatividade do cotidiano e apreenda as mediações postas na sociabilidade capitalista; na defesa intransigente da democracia, dos direitos humanos, da ampliação e consolidação da cidadania enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Nesta perspectiva, os pressupostos da formação profissional que fundamentam as diretrizes curriculares do curso proposto buscam proporcionar a superação de conteúdos fragmentados das disciplinas que compõem a organização curricular. Desta forma, em concordância com a ABEPSS, preocupamo-nos com a transversalidade de algumas temáticas na formação profissional, quais sejam: a questão social, os fundamentos do Serviço Social, o trabalho e o Serviço Social, a pesquisa e oficinas de prática. Assim sendo, as dimensões investigativas e interventivas são princípios centrais da formação profissional no currículo do curso, e este se transforma na dinâmica das contradições da sociedade capitalista em que o homem é sujeito histórico do processo.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

Formar Assistentes Sociais com conhecimentos teórico-práticos, para intervirem na realidade social e profissional de modo a responder às demandas postas ao Serviço Social.

5.2 Objetivos Específicos

- Possibilitar aos acadêmicos os conhecimentos teórico-metodológicos da vida em sociedade, a fim de apreenderem o ser social enquanto totalidade histórica;
- possibilitar aos acadêmicos conhecimentos sobre a formação sócio-histórica da sociedade brasileira e regional, para que compreendam o processo de produção e reprodução das relações sociais e os padrões de desenvolvimento capitalista;
- formar Assistentes Sociais reflexivos e críticos que sejam capazes de, atuar de maneira ética e criativa, atentando para as transformações pelas quais passam o homem e a sociedade brasileira;
- assegurar uma formação profissional, pautada na articulação dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que garantam um exercício profissional

comprometido com a ética e que atenda às especificidades histórico-sociais da realidade em que atuam;

- incentivar a pesquisa e a extensão, enquanto dimensão integrante do processo de ensino e aprendizagem, e como instrumento básico para o conhecimento da realidade social e enriquecimento da teoria e prática do Serviço Social;
- garantir uma formação comprometida com os valores da liberdade, democracia, pluralismo e autonomia e com a perspectiva de transformação social, compromisso expresso no Código de Ética da Profissão de 1993.

6. PERFIL DO PROFISSIONAL

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAFIC pretende contribuir para a formação de profissionais que compreendam o significado social de sua prática, tendo em vista uma postura crítica e investigativa acerca do homem e da sociedade, visando uma reconhecida qualificação para atender às exigências do mercado de trabalho.

Tomando como referência o Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução do CFESS, nº 273 de 13 de março de 1993) e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/7 de junho de 1993), o profissional de Serviço Social deve ser capaz de:

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, privada e em organizações da sociedade civil;
- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais, em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para o atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar estudos sócio-econômicos para a identificação de demandas e necessidades sociais;
- realizar visitas e perícias técnicas, laudos e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

- exercer funções de direção em organizações públicas e privadas, na área de Serviço Social;
- assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

7. MERCADO DE TRABALHO

- O mercado de trabalho do Assistente Social, em Cajazeiras e cidades circunvizinhas, situa-se, principalmente, na implementação de políticas sociais em instituições públicas e privadas, especificamente no planejamento, gestão e execução de programas situados nas seguintes áreas:
- Assistência Social Pública: Serviços sócio-assistenciais (Centro de Referência da Assistência Social, Centro de Referência Especializado da Assistência Social; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, dentre outros), Centro de atendimento a crianças e adolescentes, a idosos e a pessoas com deficiência; Secretarias Municipais ou Estaduais de Assistência etc.
- Movimentos Sociais Populares: Associação de Bairros e/ou Moradores, movimentos sociais e/ou populares, comunidade de base, núcleo de produção comunitária, cooperativas rurais e urbanas.
- Ensino, Pesquisa e Extensão em Serviço Social: prática de ensino para o curso de Serviço Social e participação em pesquisas e projetos de extensão.
- Supervisão em Serviço Social: em instituições públicas ou particulares, em escolas, em escritórios particulares ou como profissional autônomo.
- Saúde: Delegacias Regionais de Saúde, Hospitais, Clínicas, Ambulatórios, Secretarias de Saúde, Centros de Saúde, Serviços de atendimento de Saúde Mental, Maternidade e outros programas de atendimento à saúde.
- Empresa (trabalho): Indústrias, Empresas Públicas e Privadas, Órgãos de Serviço Social (SESC, SESI, SENAI).
- Habitação: órgão de financiamento e planejamento habitacional, Companhias, Cooperativas Habitacionais, Programas Habitacionais.
- Previdência Social: órgãos da previdência social pública ou privada.
- Educação: Secretarias de Educação, Escolas Públicas e Privadas, Centro de Educação Especial (para pessoas com deficiência) e Universidades.

- Serviços sócio-jurídicos: Fóruns, Ministério Público, sistema prisional e conselhos.
- Conselhos consultivos, fiscalizadores e formuladores de Políticas Públicas: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Saúde, Conselhos da Assistência Social, Conselho Tutelar, dentre outros.

8. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A carga horária do Curso de Bacharelado em Serviço Social será de 3.228 (três mil duzentas e vinte oito) horas, as quais poderão ser cumpridas, no mínimo, em 08 (oito) períodos letivos e, no máximo, em 12 (doze) para o curso diurno; e, no mínimo, em 09 (nove) períodos letivos e, no máximo, em 13 (treze) para o curso noturno. Integram o currículo matérias comuns às Ciências Humanas como: Psicologia, Filosofia, Economia, Política, Direito e Legislação Social, Sociologia, ao lado das disciplinas específicas do curso: Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I, II, III, Política Social, Pesquisa Social, Ética Profissional e Estágio Supervisionado.

O Projeto Pedagógico sustenta-se em um conjunto de conhecimentos e habilidades teóricos e práticos, concretizados em atividades acadêmicas diversificadas - disciplinas, seminários temáticos, monitoria, pesquisa, extensão e estágios supervisionados.

As disciplinas estruturam-se em torno dos três núcleos de fundamentação da formação profissional, propostos pelas diretrizes curriculares organizadas pela comissão de especialistas em Serviço Social, sob orientação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, quais sejam:

I - Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social – compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para melhor conhecer o ser social.

Disciplinas: Introdução à Psicologia; Fundamentos Filosóficos do Serviço Social; Introdução à Sociologia; Ética I e Antropologia Cultural.

II - Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira – remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais.

Disciplinas: Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do Nordeste; Fundamentos Econômicos da Política Social; Direito e Legislação Social; Gestão Social; Questão Social e

Serviço Social e Teoria Política;

III - Núcleo de fundamentos do trabalho profissional – compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica; os componentes éticos que envolvem o exercício profissional; a pesquisa; o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Disciplinas: Oficina de Produção Acadêmica; Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I, II, III; Política Social I e II; Fundamentos da Pesquisa em Serviço Social; Projeto de Pesquisa em Serviço Social; Oficinas de Práticas I e II; Serviço Social e Processos de Trabalho I e II; Seguridade Social – Saúde, Assistência e Previdência; Seminários Temáticos I e II; Ética Profissional em Serviço Social; Estágio Supervisionado I, II e III e Trabalho de Conclusão de Curso.

9 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), Art. 82, “os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização do estágio dos alunos regularmente matriculados no ensino superior em sua jurisdição”.

Tomando como referência a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução nº 533/ 2008 do Conselho Federal de Serviço Social e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, a FAFIC reconhece o Estágio Curricular como “uma atividade curricular obrigatória, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (ABESS, 1996, 17).

Para o acompanhamento e realização do Estágio Supervisionado, foi criada a Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado – CESU, bem como aprovado o seu Regulamento pelo Colegiado do Curso, em reunião realizada no dia 17 de junho de 2009, o qual em seu Art. 1º define Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social como componente curricular obrigatório em que o aluno desenvolverá atividades de cunho pedagógico, no espaço sócio-ocupacional, sob a supervisão de um professor e de um profissional Assistente Social, supervisor de campo. No art. 2º, estão definidos os objetivos do Estágio Supervisionado, quais sejam:

- Integrar os alunos em setores e serviços que se destinam à aplicação do saber, visando

elevar o nível do seu aprendizado técnico-científico;

- Capacitar o aluno-estagiário para que apreenda, no espaço do exercício profissional, a indissociabilidade entre teoria e prática nas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social;
- Capacitar o aluno-estagiário para identificar a realidade sócio-econômica e cultural das comunidades locais, compreendendo-a no contexto nacional e regional;
- Aperfeiçoar o aprendizado, mediante um maior aprofundamento técnico-científico no campo de estágio;
- Estimular, no aluno-estagiário, o desenvolvimento de valores ético-políticos na leitura da realidade institucional e na relação com os profissionais do campo de Estágio;
- Desenvolver habilidades teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do exercício profissional;

No Curso Bacharelado em Serviço Social da FAFIC, o Estágio Supervisionado é oferecido no 5º, 6º e 7º períodos para o curso diurno e, no 6º, 7º e 8º, períodos, para o curso noturno, totalizando uma carga horária de 432 (quatrocentas e trinta e duas) horas.

Para tanto, a Coordenação de Estágio mantém convênio com instituições públicas, privadas e ONG's, que atuam na área e que têm em seu quadro funcional um Assistente Social, o qual exercerá a função de supervisor de campo do aluno, no local do estágio.

O Estágio Curricular Obrigatório teve início no semestre letivo de 2009.2, atendendo 66 (sessenta e seis) discentes. Foram firmados 11 (onze) convênios, totalizando 17 (dezessete) campos de estágio, nas áreas de Assistência Social (CRAS), Saúde (Hospital e CAPs), e Educação (Salas de atendimento especializado).

O Estágio Curricular Obrigatório está assim distribuído:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – 144 horas. Aproximação com os campos de estágio, analisando as diversas práticas profissionais e políticas sociais que irão possibilitar ao discente a caracterização do campo de estágio.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – 144 horas. Elaboração dos Projetos de Pesquisa e de Intervenção e acompanhamento sistemático da prática profissional do Assistente Social.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – 144 horas. Execução do Projeto de Intervenção e acompanhamento sistemático da prática profissional do Assistente Social.

O discente cumpre uma carga horária semanal de 08 horas no campo de estágio, e o Professor Orientador, 02 horas semanais para supervisionar os alunos em campo de estágio e 04 horas para orientação acadêmica.

10. INCENTIVO À EXTENSÃO E À PESQUISA

O Curso de Bacharelado em Serviço Social, compreendendo a extensão como um processo educativo, cultural e científico, que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e, através da qual se viabiliza a relação transformadora entre a Instituição de Ensino Superior e a sociedade, incentivará permanentemente a seu corpo docente e discente a realizar ações de extensão.

Entende-se que as atividades de ensino e pesquisa, separadas da extensão e sem o compromisso com a mudança social, perdem a sua essência como elemento de promoção humana e transformação da realidade. Já que, se tratando de uma prática extensionista inovadora, democrática, reconhecida pela comunidade, sem o caráter assistencialista, mas como um instrumento educativo, deve sempre caminhar junto com a pesquisa competente e com o ensino de qualidade. Neste sentido, as atividades de extensão do Curso de Serviço Social assumem uma ação comprometida com:

- o inter-relacionamento com os diferentes segmentos da sociedade;
- a construção, produção e socialização do conhecimento;
- a promoção humana, nas diferentes instâncias do contexto social;
- um caráter interdisciplinar, a partir de debates e análises de temas de interesse geral, contribuindo para a aquisição do conhecimento através do diálogo com as diversas áreas do saber;
- a vinculação direta e indireta à áreas a fins, visando a qualidade do ensino e da pesquisa;
- eixos temáticos que se refiram a problemas políticos, sociais, econômicos e culturais, relevantes para o cotidiano da nossa comunidade.

O Curso de Serviço Social pretende, em curto prazo, abrir seu leque de oferta de atividades e, assim, alcançar as seguintes metas na área de extensão:

- criar um programa de *Fórum Interdisciplinar*, objetivando desenvolver a ação de extensão universitária com um caráter interdisciplinar, articulando debates e análises de questões

inerentes à realidade local e regional;

- criar um “*laboratório itinerante*” para desenvolver ações de fortalecimento da defesa dos direitos sociais, o que possibilitará uma atividade conjunta com outros cursos;
- desenvolver projetos de extensão junto às instituições e/ou entidades públicas e privadas.

Em razão da necessidade de o Curso instituir a pesquisa e a extensão com a finalidade de fomentar a produção científica, devem ser priorizadas as seguintes ações:

- criação de grupos de pesquisa, de acordo com as temáticas estudadas no curso, e cadastrá-los junto ao CNPq;
- estímulo à formação sistemática de pesquisadores bolsistas e voluntários, visando à qualificação profissional e à preparação para a Pós-Graduação;
- inserção de alunos de graduação em projetos de Monitoria;
- estímulo à implementação de projetos de pesquisa, de natureza interdisciplinar e multidisciplinar, em que suas ações possam responder às necessidades do curso e da realidade na qual está inserido;
- estímulo à produção do conhecimento e à divulgação de projetos de pesquisa e extensão, em veículos de divulgação científica, como revistas, jornais e periódicos.

Considerando a importância que se atribui às atividades extracurriculares para a formação profissional intelectual do discente, em consonância com as disciplinas cursadas e os conhecimentos já obtidos em sala de aula, a Coordenação do Curso tem estimulado a realização de eventos científicos, a exemplo dos Ciclos de Palestras, programados anualmente, com a finalidade de reunir docentes, discentes e profissionais da área, a para troca e transmissão de informações de interesse comum aos participantes.

A IES também tem estimulado a formação de grupos de estudo, de pesquisa e extensão, bem como investido na participação de docentes e discentes do curso em eventos regionais e nacionais, seminários, conferências, entre outros.

No que diz respeito às ações de pesquisa e extensão, no âmbito do Curso de Bacharelado em Serviço Social, estão em funcionamento o grupo de estudo **Núcleo de Estudos e Pesquisas, Infância, Juventude e Políticas Sociais (NEPIJPS)** e o **Projeto de Extensão Fortalece SUAS**.

O NEPIJPS é coordenado pela professora Dr^a. Marlene Melo Barboza Araújo e a Mestre Francineide Fernandes de Lucena, professora pesquisadora do núcleo, conta com a participação de 02 (dois) alunos bolsistas e 10 (dez) extensionistas voluntários. Este Núcleo objetiva promover estudos e pesquisas sobre questões atinentes à infância e à juventude pobres e excluídas, e ainda promover o intercâmbio entre instituições que produzem conhecimento sobre essa temática. Como resultado da produção científica do Núcleo de Estudos, realizou-se no ano de 2010, *Diagnóstico das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Cajazeiras-PB*, atendendo uma demanda que nos foi colocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cajazeiras - COMDICA, assim como pelo Conselho Tutelar do Município. Os resultados da pesquisa foram publicados em 02 (dois) eventos científicos nacionais.

O citado Núcleo de Estudos também está realizando o Projeto de Pesquisa: *Trabalhadores e Gestores do SUAS no Estado da Paraíba*, o qual foi construído através de uma demanda da Secretária de Estado de Desenvolvimento Humano - SEDH. Trata-se de uma pesquisa que tem como meta cumprir as exigências do pacto de aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, a pesquisa realizará um diagnóstico dos profissionais, que atuam no setor, levando em consideração o perfil, a qualificação e sua inserção nos serviços sócio-assistenciais, e ainda promoverá um levantamento das necessidades dos gestores de cada área da Política de Assistência Social. A FAFIC ficou responsável pelo mapeamento em 25 (vinte e cinco) municípios do Sertão do Estado, e esta atividade está sendo coordenada pela professora Ms. Francineide Fernandes de Lucena, e conta com uma equipe de pesquisadores composta pelas professoras Dr^a. Marlene de Melo Barboza de Araújo, Ms. Maria de Fátima Duarte Holanda, e pela especialista Maria Lúcia Linhares de Azevedo, com 08 alunos bolsistas do curso e 03 profissionais que atuam nos municípios pesquisados.

O Projeto de Extensão em execução, denominado ***Fortalece SUAS: fortalecimento do controle social no sistema único de assistência social***, tem como objetivo fortalecer o controle social na área da política de assistência social, através da capacitação de gestores, técnicos, lideranças comunitárias e conselheiros municipais de assistência social, para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Busca, também, articular os conselhos de assistência social na região do Sertão da Paraíba, abrangendo o município de Cajazeiras e 9 municípios circunvizinhos, e ainda capacitar 250 pessoas, entre conselheiros,

lideranças comunitárias, gestores e técnicos municipais da área de assistência social, na região do Alto Sertão do Estado da Paraíba. O referido projeto é coordenado pela professora Patrícia Karla Ferreira e Silva, e a especialista Darlânia Pinheiro Leandro e o Ms. Alison Cleiton de Araújo, membros colaboradores, conta com 06 alunos extensionistas.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência obrigatória para a obtenção do diploma de Bacharel em Serviço Social. “É um trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso” (ABESS, 1996:72).

De acordo com o regulamento elaborado pela FAFIC, o TCC consiste em um texto produzido individualmente pelo aluno, devendo seguir os critérios técnicos da ABNT, e terá a orientação de um professor do curso.

A versão final do TCC é defendida pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por mais dois membros designados pela Coordenação do Curso. Ainda pode integrar a banca examinadora um membro escolhido entre os professores de outros cursos, com interesse na área de abrangência da pesquisa, ou entre profissionais de nível superior que exerçam atividades ao tema do TCC.

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais do Curso de Bacharelado em Serviço Social, aprovado pelo Colegiado do Curso, essas atividades denominadas atividades complementares, compreendem toda e qualquer atividade não prevista no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

As atividades complementares deverão contemplar diferentes áreas de conhecimento que contribuam para a formação profissional do graduando, através da prática de estudos independentes, opcionais e interdisciplinares.

A carga horária destinada às atividades complementares, prevista na estrutura curricular do

Curso de Bacharelado em Serviço Social, será de 150 (cento e cinquenta) horas, assim distribuídas:

- Do 1º ao 4º período, deverá ser cumprida a carga horária de 15 (quinze) horas, por período, integralizando um total de 60 (sessenta) horas;
- Do 5º ao 6º período, deverá ser cumprida a carga horária de 30 (tinta) horas, por período, integralizando um total de 60 (sessenta) horas;
- Do 7º ao 8º período, deverá ser cumprida a carga horária de 15 (quinze) horas, por período, integralizando um total de 30 (trinta) horas.

As atividades complementares que integram, em caráter obrigatório, a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social, compreenderão as categorias de ensino, pesquisa e extensão.

O cumprimento da carga horária das atividades complementares é um dos requisitos para a integralização da carga horária total do Curso de Bacharelado em Serviço Social, e deverá constar no Histórico Escolar do aluno.

13. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A expansão das atuais Instituições de Ensino Superior, tanto no setor público como no privado, e a exigência de uma nova concepção de currículo apontam para a necessidade de reavaliação das práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes no ensino da graduação.

Conforme Perrenoud (2002), nosso sistema de ensino vivencia a complexidade da escolha e unificação dessas práticas pedagógicas, pois este processo congrega fatores de diversas ordens, como as convicções pessoais dos profissionais docentes, as discussões coletivas, a identidade com o tipo de prática selecionado, os objetivos de aprendizagem a serem alcançados e as demandas sociais e culturais dos discentes.

Assim sendo, a FAFIC, vislumbrando a formação de profissionais generalistas e humanistas, éticos e com visão crítica e reflexiva, mantém um permanente diálogo entre os docentes e os discentes, concretizado através da aplicação semestral da avaliação do processo ensino e aprendizagem e da busca pela efetiva participação do discente nas reuniões de Colegiado de Curso, objetivando a atualização das diversas disciplinas que compõem a estrutura curricular e a adequação dos planos e programas de ensino, dentro de uma abordagem interdisciplinar,

atendendo aos objetivos e ao papel do profissional descritos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Desta forma, o sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Curso de Bacharelado em Serviço Social consolida-se na aplicação de instrumentos avaliativos diversificados e interdependentes: como provas escritas objetivas e subjetivas, seminários, debates, pesquisas, elaboração de artigos científicos, produção de resenhas, elaboração e execução de projetos de pesquisa, assim como pela avaliação de critérios que envolvam valores, como ética, relação interpessoal, respeito às diferenças, desempenho, capacidade de reflexão crítica da realidade, através da realização de projetos de pesquisa e de extensão.

Também poderá ser utilizada, como parte deste processo, a auto-avaliação, a qual proporcionará ao aluno um momento de análise e interpretação de suas produções e do exercício da autonomia.

Estas variadas formas de avaliação serão aplicadas em diversas situações de aprendizagem e devem ter seus objetivos definidos e esclarecidos para os alunos. Tais objetivos referem-se aos tipos de instrumentos utilizados, como também às habilidades e conceitos que serão exigidos no decorrer do processo de formação do discente.

Os docentes, quando da verificação do rendimento acadêmico do aluno, deverão fazê-lo segundo as normas do Regimento da FAFIC – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras. A verificação do rendimento acadêmico é feita por período letivo, em cada disciplina, compreendendo a apuração da freqüência às atividades didáticas e a avaliação do aproveitamento.

Será considerado aprovado por média, na disciplina, o aluno que satisfizer as seguintes condições:

I - freqüência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didáticas previstas no período letivo;

II - obtenção de média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina.

O aluno que não obtiver aprovação por média, tendo, porém, a freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média não inferior a 4,0 (quatro) nos exercícios escolares, submeter-se-á a exame final.

Será considerado aprovado, mediante exame final, o aluno que obtiver média aritmética igual ou superior a 5,0 (cinco), resultante da média dos exercícios escolares e da nota do exame final.

É considerado reprovado, sem direito a exame final, o aluno que apresentar frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), ou média inferior a 4,0 (quatro) nos exercícios escolares, e terá a média obtida como nota final do período.

14. AUTO-AVALIAÇÃO NA IES

O processo de auto-avaliação tem sido veiculado como tema central nas atuais discussões relativas à Educação Superior no Brasil, no que diz respeito às novas propostas de processos e políticas de avaliação da Educação Superior. Assim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, propõe metodologias, instrumentos e novos critérios para serem utilizados pelas Instituições de Educação Superior em seus processos avaliativos e regulatórios, para que busquem uma maior articulação entre as ações administrativas, pedagógicas e comunitárias capazes de desenvolver habilidades para a geração de uma cultura que traduza a qualidade de ensino, da pesquisa e da extensão. Dentre os princípios fundamentais do SINAES estão: a) responsabilidade social com a qualidade da educação superior; b) reconhecimento da diversidade do sistema; c) respeito à identidade, à missão e à história da instituição; d) globalidade, no sentido de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica; e e) continuidade do processo avaliativo. Considerando tais aspectos, os processos de avaliação deixam de ter caráter punitivo e passam a assumir caráter formativo e construtivo, principalmente de uma consciência crítica e reflexiva do sentido maior da instituição, de sua filosofia e missões científico-sociais.

A partir desses pressupostos, a FAFIC propõe-se a uma reflexão coletiva sobre seus cursos e desempenho dos seus professores, alunos e funcionários, como forma de promover o seu auto-conhecimento. O seu propósito é implementar a revisão da Gestão Institucional em suas dimensões administrativas e didático-pedagógicas, orientando-se por uma concepção de avaliação como processo contínuo, sistemático e de construção de uma cultura avaliativa em nossa comunidade.

Neste novo contexto, o Curso de Bacharelado em Serviço Social dispõe-se a implantar um Sistema de Avaliação permanente e rigoroso, que se tornará valioso, à medida que for

compreendido como dimensão do processo de desenvolvimento do projeto da Instituição. Este desafio coloca-se ante um processo de discussão que envolve toda a comunidade acadêmica, e o caminho será construído por dois princípios:

- a participação efetiva de todos os segmentos avaliados;
- A valorização das sugestões e iniciativas apresentadas propostas.

14. 1 Auto-avaliação Institucional

Considerando os aspectos legais relativos ao processo de Avaliação Institucional de Educação Superior, tem-se como objetivos:

- Impulsionar um processo criativo de autocrítica da Instituição, como evidência da vontade política de se auto-avaliar e de prestar contas à sociedade da consonância entre a ação da FAFIC e as demandas científicas e sociais da atualidade.
- Conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e como se interligam, na FAFIC, as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração.
- Estudar e propor mudanças no cotidiano das tarefas acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a elaboração de projetos pedagógicos socialmente legitimados e relevantes.
- Mobilizar a comunidade acadêmica para refletir sobre sua função social, de modo a proporcionar à autocrítica e o conhecimento da realidade institucional, em sua dimensão global, tendo em vista o fortalecimento de sua identidade.

Levando em consideração a Lei n.º 10.861/2004, a Comissão Permanente de Auto-avaliação - CPA da FAFIC vem realizando, seu processo de auto-avaliação interna, obedecendo às seguintes fases:

I) Sensibilização – que se dá através da realização de seminários e círculo de debates a fim de sensibilizar e criar um ambiente cognitivo e afetivamente aberto à avaliação – mormente à auto-avaliação – propiciando a formação de uma cultura de avaliação.

II) Elaboração e aplicação do instrumento de avaliação, no intuito de possibilitar a análise quantitativa e qualitativa da comunidade acadêmica sobre a IES. O público alvo do processo

de auto-avaliação institucional é um percentual de 50% do corpo discente, do corpo docente, do corpo técnico-administrativo, do pessoal de apoio da FAFIC.

14.2 Sistema de Avaliação dos Cursos

No que diz respeito ao processo de avaliação do projeto do Curso de Bacharelado em Serviço Social, foi implantado o Núcleo Docente Estruturante, o qual tem realizado reuniões sistemáticas, visando discutir o Projeto Pedagógico do Curso, acompanhar a forma como os professores vêm ministrando os conteúdos propostos em cada disciplina, bem como atualizando as referências bibliográficas indicadas, buscando, assim, a interdisciplinaridade entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional, propostos pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Também, mensalmente, realizam-se reuniões do Colegiado do Curso, das quais participa uma representação discente.

O Núcleo Docente Estruturante vislumbra aplicar um questionário de avaliação do curso junto aos discentes que tiverem concluído o Estágio Supervisionado III, buscando avaliar se os conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos adquiridos durante o processo de formação profissional proporcionaram subsídios capazes de apreender a prática profissional dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, estabelecendo assim uma relação de indissociabilidade entre teoria prática.

14.3 Avaliação Docente

Na FAFIC o processo de avaliação do corpo docente, pelos discentes, realiza-se no primeiro semestre de cada ano letivo, através da aplicação de um questionário a todos os alunos dos Cursos oferecidos na IES, pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA.

Busca-se, através deste processo, diagnosticar a percepção dos alunos acerca do trabalho desenvolvido pelos professores, permitindo uma redefinição e reorientação da prática pedagógica, no sentido de alcançar os objetivos propostos nos PPCs dos Cursos de graduação da IES.

O instrumento é composto por 03 (três) dimensões, as quais contemplam as competências essenciais ao bom desempenho docente: a Competência Técnico-Methodológica, a Competência Cognitiva e a Competência Ético-Profissional, considerando para cada dimensão a seguinte escala de avaliação: **ótimo (10); muito bom (9,0); bom (8,0); regular (7,0); ruim (6,0); péssimo (5,0);**

A CPA, a quem cabe aplicar o instrumento avaliativo junto aos alunos, tabular os resultados e validar junto aos Coordenadores de Curso, os resultados aferidos, é assessorada pela Coordenação de Ensino e pela Coordenação do PAPIES – Programa de Acompanhamento Psicológico na Instituição de Ensino Superior.

Após a análise dos dados resultantes da avaliação, o Coordenador do Curso encaminha o portfólio a cada docente, abordando os resultados quantitativos e individuais dos professores, por disciplina.

A IES busca uma progressiva adequação do Curso de Bacharelado em Serviço Social aos níveis de qualidade apontados pelo MEC. Considerando a missão do Curso e da Instituição, a promoção, facilitação e comunicação do saber, mediante uma práxis transformadora da realidade, o procedimento da auto-avaliação permite manter ou corrigir o rumo das atuações de pessoas e órgãos que formam a FAFIC. Os diagnósticos e o acompanhamento, de maneira articulada, das atividades da IES proporcionam à Direção e à Coordenação do Curso as condições para a apresentação de propostas e soluções que venham definir a melhoria dos padrões de qualidade e ajustamentos dos processos internos, bem como a promoção de serviços que satisfaçam a comunidade, onde a IES está inserida.

Finalmente, como forma de ampliar os significados presentes no processo de avaliação docente, o qual não pode reduzir-se ao produto obtido, são realizados encontros individuais e /ou coletivos para discussão dos resultados, dos quais participam o Coordenador de Curso, os professores, a Coordenação de Ensino, quando necessário, a Coordenação do PAPIES.

15. ESTRUTURA CURRICULAR

CURSO NOTURNO

1º SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Introdução ao Serviço Social	04	72
	Introdução à Psicologia	04	72
	Introdução à Sociologia	04	72
	Fundamentos Filosóficos do Serviço Social	04	72
	Oficina da Produção Acadêmica	04	72

	Subtotal	20	360
--	-----------------	-----------	------------

2° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social I	04	72
	Fundamentos Econômicos da Política Social	04	72
	Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do Nordeste	04	72
	Fundamentos de Pesquisa em Serviço Social	04	72
	Antropologia Cultural	04	72
	Subtotal	20	360

3° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social II	04	72
	Teoria Política	04	72
	Projeto de Pesquisa em Serviço Social	04	72
	Política Social I	04	72
	Oficina de Práticas I	04	72
	Subtotal	20	360

4° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social III	04	72
	Política Social II	04	72
	Ética I	04	72
	Oficina de Práticas II	04	72
	Administração e Planejamento em Serviço Social	04	72
	Subtotal	20	360

5° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Serviço Social e Processos de Trabalho I	04	72
	Direito e Legislação Social	04	72
	Seguridade Social-Saúde	04	72
	Ética Profissional do Serviço Social	04	72
	Optativa	04	72
	Subtotal	20	360

6° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Serviço Social e Processos de Trabalho II	04	72
	Gestão Social	04	72
	Seguridade Social-Assistência	04	72
	Estágio Supervisionado I	04	144
	Subtotal	20	360

7° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Seminário Temático I (Assistência, Pobreza e Exclusão Social)	04	72
	Seguridade Social-Previdência	04	72
	Optativa	04	72
	Estágio Supervisionado II	08	144
	Subtotal	20	360

8° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Seminário Temático II (Ética, Direitos Humanos)	04	72

	cidadania/ Desenvolvimento e Meio Ambiente)		
	Questão Social e Serviço Social	04	72
	Optativa	04	72
	Estágio Supervisionado III	08	144
	Subtotal	20	360

9º SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso	03	54
	Trabalho de Conclusão de Curso	08	144
	Subtotal	11	198

INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO			
		Cr	CH
	Total de créditos teórico-práticos	171	2646
	Estágio Supervisionado		432
	Atividades Complementares		150
	Total Geral	171	3228

CURSO DIURNO

1º SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Introdução ao Serviço Social	04	72
	Introdução à Sociologia	04	72
	Introdução à Psicologia	04	72
	Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do	04	72

	Nordeste		
	Fundamentos Filosófico do Serviço Social	04	72
	Oficina da Produção Acadêmica	04	72
	Subtotal	24	432

2º SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Fundamentos Histórico, Teórico, Metodológico do Serviço Social I	04	72
	Teoria Política	04	72
	Fundamentos Econômicos da Política Social	04	72
	Antropologia Cultural	04	72
	Fundamentos de Pesquisa em Serviço Social	04	72
	Ética I	04	72
	Subtotal	24	432

3º SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social II	04	72
	Administração e Planejamento em Serviço Social	04	72
	Projeto de Pesquisa em Serviço Social	04	72
	Política Social I	04	72
	Oficina de Práticas I	04	72
	Direito e Legislação Social	04	72
	Subtotal	24	432

4º SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos do Serviço Social III	04	72
	Serviço Social e Processos de Trabalho I	04	72
	Política Social II	04	72
	Ética Profissional do Serviço Social	04	72
	Oficina de Práticas II	04	72

	Seguridade Social-Saúde	04	72
	Subtotal	24	432

5° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Serviço Social e Processos de Trabalho II	04	72
	Gestão Social	04	72
	Seguridade Social- Assistência	04	72
	Estágio Supervisionado I	08	144
	Subtotal	20	360

6° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Seminário Temático I (Assistência, Pobreza e Exclusão Social)	04	72
	Questão Social e Serviço Social	04	72
	Estágio Supervisionado II	08	144
	Optativa	04	72
	Subtotal	20	360

7° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Seminário Temático II (Ética, Direitos Humanos cidadania/ Desenvolvimento e Meio Ambiente)	04	72
	Seguridade Social - Previdência	04	72
	Optativa	04	72
	Estágio Supervisionado III	08	144
	Subtotal	20	360

8° SEMESTRE			
Código	DISCIPLINA	Cr	CH
	Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso	03	54
	Trabalho de Conclusão de Curso	08	144
	Optativa	04	72

	Subtotal	15	270
--	-----------------	-----------	------------

	INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	Cr	CH
	Total de créditos teórico-práticos	171	2646
	Estágio Supervisionado		432
	Atividades Complementares		150
	Total Geral	171	3228

	OPTATIVAS	CR
	Questão Agrária Urbana no Brasil	04
	Ética, Direitos Humanos e Qualidade de Vida	04
	Desenvolvimento, Meio Ambiente e Poder Local	04
	Relações Sociais e Sociabilidade	04
	Crise, Reforma do Estado e Terceiro Setor	04
	Serviço Social na Área Jurídica	04
	Tópico Especial em Questão Social	04
	Política Educacional	04
	Infância, Adolescência e Cidadania	04
	Informática Aplicada ao Serviço Social	04
	Seminário Temático sobre Novas Abordagens de Análise da Realidade Social	04
	Seminário Temático sobre Gênero	04
	Oficina de Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos e Programas Sociais	04
	Oficina de Metodologia do Trabalho com Grupos	04
	Oficina de Assessoria e Consultoria	04

	Política Social do Idoso	04
	História da família e o Serviço Social	04

16. EMENTÁRIOS DAS DISCIPLINAS

Disciplina:	Introdução ao Serviço Social		
Período:	1º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
<p>O que é Serviço Social. O Serviço Social e a questão social: expressões da sociedade capitalista. A institucionalização da profissão frente à estatização da questão social. O processo de consolidação da profissão: a intermediação entre as demandas sociais versus reprodução das relações sociais. Crises contemporâneas e a emergência de novos atores sociais no enfrentamento da questão social.</p>			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTEVÃO, Ana Maria. **O que é Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia das origens a Araxá**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTRO, Manuel Manrique de. **História do Serviço Social na América latina**. Trad. José Paulo Neto e Balkys Villalobos. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Serviço Social: questões presentes para o futuro**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 50, São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMATO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Disciplina:	Introdução à Sociologia		
Período:	1º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
A Sociologia como ciência. Observações históricas: objeto de estudo e método da Sociologia. Principais enfoques sociológicos: Durkheim, Weber e Marx. A emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social. Modo de produção, formação social e classes sociais. Ideologia e Estado.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BOTTOMORE, Tom B. **Introdução à Sociologia**. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 17ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHARON, Joel M. **Sociologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

IANNI, Octávio. **Ensaio de Sociologia da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, K. **Posfácio da Segunda Edição. In: O Capital (Crítica da Economia Política)**. Trad. De Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. L.I,VI, p.8-17.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ªed. Rio de Janeiro LCT, 2002.

Disciplina:	Introdução à Psicologia		
Período:	1º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
A constituição da Psicologia como campo científico. As contribuições das teorias psicológicas para o desenvolvimento do conhecimento acerca da personalidade humana. As relações interpessoais à luz dos conhecimentos psicológicos.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

HOLMES, David S. **Psicologia dos transtornos mentais**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ALVARO, José Luís & GARRIDO, Alicia. **Psicologia Social – perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw – Hill, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

GONÇALVES, Ana Maria. **Dinâmica de grupo na formação de lideranças**. 9ª ed. Rio de Janeiro: D&A Editora, 2005.

RODRIGUES, Aroldo. ASSMAR, Eveline Maria Leal. JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SCHULTZ, P. Duane. SCHULTZ, Sydney Ellen. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Disciplina:	Fundamentos Filosóficos do Serviço Social		
Período:	1º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
Objeto da Filosofia. A reflexão filosófica. A relação entre ciência, verdade e método. Os fundamentos do ser social. Correntes filosóficas que influenciam o Serviço Social: Tomismo e Neotomismo.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1995.

ARANHA, Maria L. de Arruda & MARTINS, Maria H. Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CORDI, Cassiano et all. **Para filosofar**. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTEN, André. **Filosofia social: a responsabilidade social do filósofo**. São Paulo: Paulus, 2004.

BRENIFIER, Oscar (et al.). **Estado e sociedade**. São Paulo: Escala Educacional, 2007. – (Coleção Aprendiz de filosofia).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2006.

MONDIN, Battista. **Introdução à filosofia: problemas, sistemas, autores, obras**. 16 ed. São Paulo: Paulus, 2006.

Disciplina:	Oficina de Produção Acadêmica		
Período:	1º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
Iniciação à vida acadêmica: O ato de estudar e a crítica. O senso comum e a ciência. Técnicas de estudo, expressão e organização do trabalho científico: análise de textos, sínteses, resumos, resenhas, relatórios e técnicas de redação. Utilização de bibliotecas e internet. Normas técnicas do trabalho acadêmico.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos**. Rio de Janeiro, 2006.

LAKATOS, E.M e MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos para graduação**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª. ed. rev.e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos**. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina:	Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social I		
Período:	2º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
A expansão do capitalismo monopolista e o surgimento do Serviço Social na Europa, Estados Unidos, Brasil e América Latina. As formas de enfrentamento da questão social no Brasil e a institucionalização do Serviço Social no contexto do capitalismo tardio até a segunda guerra. Influências teórico-metodológicas: Positivismo, Funcionalismo e Estrutural-Funcionalismo e as formas de intervenção profissional.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

Introdução ao Serviço Social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 17ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social, identidade e alienação**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia das origens a Araxá**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 19ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO PAULO, José; BRAZ Marcelo- **Economia política**: uma introdução crítica. 2ª. ed.- São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1)

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Disciplina:	Fundamentos Econômicos da Política Social		
Período:	2º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
Tópicos sobre reprodução social e regulação social. Aspectos da economia política clássica (Smith e Ricardo). Aspectos da economia política marxista. Aspectos da teoria econômica da CEPAL e política social.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARX, Karl. **O capital**. 6ª ed. São Paulo: Zahar, 1980.

PAULO NETTO, José; BRAZ Marcelo- **Economia política**-uma introdução crítica. 2ª.ed.- São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1)

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINHO, Diva Benevides et. al. **Manual de Economia**, Equipe de professores da Usp. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2005

HUBERMAN, Léo. **História da Riqueza do Homem**. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2010.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Introdução à economia**. 7ª ed. São Paulo: Frase editora. 2005.

TROSTER, Roberto Luiz; MÓNCHÓN, Francisco. **Introdução à Economia**. Ed. Ver E atual. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

Disciplina:	Formação Social, Econômica e Política do Brasil e do Nordeste		
Período:	2º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
Aspectos centrais da formação histórica do Brasil e do Nordeste. A constituição do Estado brasileiro: configuração das classes sociais e institucionalidade do poder político. A intervenção estatal na questão regional nordestina: desequilíbrio e integração. Os modelos de desenvolvimento capitalista na perspectiva da dependência e da modernização conservadora. Heranças coloniais, nacionalismo e desenvolvimentismo. Globalização, ajuste estrutural e suas implicações no contexto nacional e regional.			

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOAS, G. V. e GONÇALVES, M. A. (orgs). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

COHN, A. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras., 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

SAES, D. A. *A Formação do Estado Burguês no Brasil*. (1888-1891). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Disciplina:	Fundamentos da Pesquisa em Serviço Social		
Período:	2º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
Fundamentos teórico-metodológicos e epistemológicos na produção do conhecimento científico. A pesquisa nas ciências humanas e sociais. A produção do conhecimento na contemporaneidade. Pesquisa como dimensão do trabalho do Assistente Social.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

PARRA, Domingos Filho; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Futura, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

Disciplina:	Antropologia Cultural		
Período:	2º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
Antropologia enquanto cultura e ciência na sociedade. As recentes descobertas no campo da Antropologia. Identidade cultural A complexidade e a diversidade das culturas na sociedade brasileira.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAMATA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria das Neves. **Antropologia: uma introdução**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Disciplina:	Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social II		
Período:	3º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
A expansão do capitalismo sob o padrão fordista-keinesiano de acumulação e regulação: as bases de organização do trabalho e as relações Estado-sociedade até os anos 80. As formas de enfrentamento da questão social pelo Serviço Social. O movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil e na América Latina: influências teórico-metodológicas na profissão (Estrutural-funcionalismo, Marxista e Fenomenológica).			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CBCISS. **Teorização do Serviço Social**: Araxá, Teresópolis e Sumaré. Rio de Janeiro: Agir/CBCISS, 1984.

NETTO. José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira e Silva. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5ª ed. São Paulo: Cortez: 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO. José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. São Paulo. In **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 84: Cortez 2005.

Disciplina:	Teoria Política		
Período:	3º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
A formação do Estado Moderno e da sociedade civil. As teorias do Estado. As contribuições da Ciência Política para a análise do Estado brasileiro. O debate contemporâneo nas questões da democracia, cidadania, soberania e autocracia. A relação entre o público e o privado.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.	
BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia . 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.	
WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política . Vol 1 e 2 14ª ed. São Paulo: Ática, 2006. v. 1.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . 11ª ed. São Paulo: Papyrus, 2005.	
MAAR, Wolfgang Leo. O que é Política . São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 54).	
PAUPÉRRIO, Arthur Machado. Teoria democrática de soberania . 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.	
_____. Teoria democrática do estado . 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.	

Disciplina:	Política Social I		
Período:	3º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
Fundamentos teóricos: Conceitos de Estado, política e política social. A emergência da questão social e a política social do Estado Desenvolvimentista. A constituição histórica do Estado de Bem-Estar Social. Transformações no mundo da produção: globalização / neoliberalismo e seus reflexos sobre as políticas sociais. A reforma do Estado brasileiro, as novas configurações da questão social e suas formas de enfrentamento.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

Fundamentos Econômicos da Política Social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2)

BEHRING, E.R. **Política social no capitalismo tardio**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social e Democracia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina:	Projeto de Pesquisa em Serviço Social		
Período:	3º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
A pesquisa nas ciências humanas e sociais. Pesquisa como dimensão do trabalho do Assistente Social. Elementos do projeto de pesquisa. Técnicas de coleta de dados. Análise e interpretação dos dados. Elaboração do projeto de pesquisa em Serviço Social.			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			

Fundamentos da Pesquisa em Serviço Social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Pesquisa e produção do conhecimento na área de Serviço Social(Pag 664- 738). In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação a Pesquisa Científica**. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2007.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica . In **Revista Katálisis**. Vol, 10. Florianópolis 2007.

MARTINELLI, MARIA LÚCIA (org.) **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

Disciplina:	Oficina de Prática I		
Período:	3º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
Aproximação com os núcleos temáticos do fazer profissional e com as instituições campos de estágio. Conhecimento do mercado e trabalho profissional através das entidades que desenvolvem ações de Serviço Social em Cajazeiras e na região. Vivência e desenvolvimento de habilidades com relação à análise institucional. Conhecimento, elaboração e utilização dos instrumentos de trabalho do assistente social.			

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio ocupacionais. (p. 341- 477). In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula **Estratégias em Serviço Social**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Saber profissional e poder profissional**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Bem-estar Social. **Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS**. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**. Brasília, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes Sociais na política de assistência social**. Brasília, 2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA E SILVA. Maria Ozanira (coord) **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Piauí**. São Paulo, Cortez, 2008.

Disciplina:	Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social III		
Período:	4º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Internacionalização do Capital e hegemonia do projeto neoliberal. O processo de redemocratização do Brasil nos anos 80 e a hegemonia do pensamento marxista no Serviço Social: fortalecimento do projeto profissional de ruptura. Anos 90: a controvérsia paradigmática e sua repercussão nas formas de pensar e agir do Serviço Social. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias: condições e relações de trabalho. Polêmicas teórico-metodológicas no Serviço Social. O projeto ético-político da profissão.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social II

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IAMAMOTTO, Marilda Vilella. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. 4ª. ed. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO PAULO, José; BRAZ Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006, (Biblioteca básica de Serviço Social; v.1).

Disciplina:	Política Social II		
Período:	4º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

A Sociedade e Estado no Brasil. A emergência da questão social no Brasil. A trajetória das políticas sociais brasileiras. O ajuste estrutural imposto pelo neoliberalismo e seus reflexos nos países periféricos. A reforma do Estado brasileiro, as novas configurações da questão social e suas formas de enfrentamento. Contextualização contemporânea da Política Social Brasileira

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Política Social I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.2).

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, et alli. **A Política Social brasileira no século XXI - a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4ªed. São Paulo: Cortez 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez. 2008.

BOSCHETTI, Ivanete (Orgs). **Política social no capitalismo- tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Conselho Federal de Serviço Social/ABEPSS, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

Disciplina:	Ética I		
Período:	4º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

As formas de consciência ética na política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre ciência e suas repercussões no mundo do trabalho.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. 2.^a ed. Sextante, 2003.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (org). **Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea**. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. 26^a ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: ética do humano. 11.^a edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. 18^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, A. R. dos. **Ética**: caminhos da realização humana. 4.^a edição. Ave-Maria, 2004.

VALLS, A. L. M. **O que é Ética**. 9^a ed. São Paulo; Brasiliense, 2005.

Disciplina:	Administração e Planejamento em Serviço Social		
Período:	4 ^o	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e projetos na área social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas, e organizações da sociedade civil.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, Miriam Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação** – São Paulo: Veras editora; Lisboa.CPIHTS, 2000.Série livro texto.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Mc. Graw-Hill, 1981.

GONDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. 15ª ed. Editora Vozes, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CFESS/ABEPSS. **Serviço Social:direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

DIAS, Reinaldo. As abordagens clássicas e o fordismo. In: **Sociologia das organizações**. São Paulo: atlas, 2008 (p. 69-86).

FRITSCH, Rosangela. Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social? In: **Serviço Social e Sociedade** n°. 52. São Paulo: Cortez, 1996.

HARVEY, David. A transformação político econômica do capitalismo do final do século XX. IN: **Condição pós-moderna**. 16ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

Disciplina:	Oficinas de Práticas II		
Período:	4º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Programas e Projetos no âmbito do Estado e Municípios. Conhecimento da realidade sócio-histórica do Estado da Paraíba e de Cajazeiras. Análise e diagnóstico de planos, programas e projetos sociais implementados no âmbito governamental e de ONG's. Demandas para o Serviço Social. Instituições e Práticas Sociais.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Oficinas de Práticas I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social:** observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privatistas e competências do assistente social.(Pag 479- 663). In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos-** contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. 7ª. Ed. São Paulo: CFESS/Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALEIROS, Vicente P. **Estratégias em Serviço Social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In MOTA, Ana Elizabete (org.) **A Nova Fábrica de Consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Bem-estar social. **Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS.** Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA.** Brasília, 1990.

Disciplina:	Serviço Social e Processo de Trabalho I		
Período:	5º	Carga Horária:	72horas/aula

EMENTA

O trabalho como elemento fundante do ser social. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho e suas metamorfoses na contemporaneidade. Discussão: Serviço Social é ou não trabalho?

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise estrutural do capital. In: **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. A prática como trabalho e a inserção do assistente social em processo de trabalho. In: **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: **O capital: Crítica da economia política**. 3ª. Ed. Livro I, Vol. I. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova cultural, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. Qual crise da sociedade do trabalho? In: **Adeus ao trabalho**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LESSA, Sergio. Serviço Social e Trabalho: do que se trata? In: **Temporalis**. nº 2. Ano I. São Paulo: ABEPSS, 2000.

_____. A centralidade do trabalho em Lucaks. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 52. São Paulo: Cortez, 1996.

PAULO NETTO. José; BRAZ, Marcelo. O modo de produção capitalista: a exploração do trabalho. In: **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina:	Ética Profissional do Serviço Social		
Período:	5º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Os fundamentos ontológicos da dimensão ética-moral da vida social e suas implicações na Ética no Serviço Social. A construção do Ethos Profissional. Valores e implicações no exercício profissional. Questões éticas contemporâneas e seus fundamentos teórico-filosóficos. O Código de Ética na história do Serviço Social brasileiro.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Ética Geral I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.4)

-----, **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BONETTI, D. A. et al (orgs). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova praxis**. 9ª ed. CFESS. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CFESS. Códigos de Ética do Assistente Social.

RAMOS, Sâmya R. A construção dos projetos coletivos: refletindo aspectos do Projeto Profissional do Serviço Social. ABEPSS. **Revista Temporalis**, ano III, nº3 – 2003.

SANT'ANA, R.S. O desafio da implantação do Projeto ético –político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº62. Ano XXI. São Paulo: Cortez, 2000.

VASQUEZ, Adolfo S. **Ética**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Disciplina:	Seguridade Social - Saúde		
Período:	5º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

O Estado brasileiro e a política de saúde. As políticas de saúde no contexto da seguridade social: interfaces com a previdência e a assistência social. O SUS: financiamento, gerenciamento, controle social, gestão e operacionalização. Prestação e administração de serviços sociais na área de saúde.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza. (org). **Saúde e Serviço Social**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete (et al). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS - e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa Campos. **Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): um modo singular de produzir política pública**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 87, 2006.

CFESS. **Parâmetros para Atuação dos Assistentes sociais na Saúde**. Conselho Federal de Serviço Social. Disponível em: www.cfess.org.br. 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina:	Direito e Legislação Social		
Período:	5º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

A construção das instituições de Direito no Brasil e as formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. A Constituição Federal e as legislações afins com o Serviço Social: ECA, LOAS, LDB, Código de Defesa do Consumidor, Legislação Trabalhista e Previdenciária. Aspectos jurídicos de constituição das ONGs.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. [Leis, etc.] Código Civil e **Constituição Federal**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Winte Livia Céspedes. - 60 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena, **Curso de direito civil brasileiro**, 1º volume: teoria geral do direito civil – 22ª ed.rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. (biblioteca Básica de Serviço Social, vol 3)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº. 10.741, de 1 de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

_____. Lei nº. 11340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Bem-estar social. **Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS**. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**. Brasília, 1990.

_____. Lei nº. 7210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília, 1984.

Disciplina:	Serviço Social e Processo de Trabalho II		
Período:	6º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

As demandas contemporâneas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas públicas e privadas e as respostas profissionais a essas demandas. Fundamentos teóricos e desenvolvimento de habilidades diante das diversas expressões da questão social. O instrumental técnico-operativo utilizado no desempenho do trabalho profissional.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Serviço Social e Processo de Trabalho I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privativas e competências do assistente social. **In Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. (p. 479- 663). Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FALEIROS, Vicente de P. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In; **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 50, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 9ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In; **Serviço Social & Sociedade**, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In; **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 79, São Paulo: Cortez, 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. In; **Serviço Social & Sociedade**, nº 52. São Paulo, 1996.

Disciplina:	Gestão Social		
Período:	6º	Carga Horária:	72horas/aula

EMENTA

Formulação e gestão de políticas sociais. A constituição e a gestão do fundo público. Análise da gestão social no contexto das mudanças sociais e políticas na sociedade brasileira. A gestão como instrumento de trabalho do assistente social, seus diferentes modelos e aspectos metodológicos. Análise institucional. Gestão social pública, privada e terceiro setor. Metodologia do planejamento social: plano programa e projeto. Supervisão em políticas sociais. O assistente social enquanto gestor social.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social-crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RICO, Elizabete (org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Ademir Alves da. **Gestão da Seguridade Social Brasileira: entre a política pública e o mercado**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez: 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CFESS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão-Cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2002.

SOARES, José Arlindo; GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, José Arlindo; BAVA, Silvio, Caccia - (org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo, Cortez: 2001.

Disciplina:	Seguridade Social- Assistência Social		
Período:	6º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

O Estado brasileiro e a assistência social. A contribuição da categoria profissional na estruturação da política social. Indicadores de pobreza. A política de assistência social: modelos, financiamento, operacionalização, gestão e controle social.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOTA, Elizabete (org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira Silva et alli. **A política social brasileira no século XXI - a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e conselhos de assistência social - caminhos da construção democrática**. 5ª. Ed., 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Bem-Estar Social. **Lei orgânica da assistência social**. Lei nº. 8.742. Brasília. 1993.

PEREIRA, POTYARA A. P. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistencial social. In; **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 56, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, Valdete de Barros & PAIVA, Beatriz Augusto. A implantação da Lei Orgânica da assistência social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula. In; **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 73, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. In; **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 68, 2001.

Disciplina:	Estagio Supervisionado I		
Período:	6º	Carga Horária:	144horas/aula
EMENTA			

Inserção do aluno no espaço institucional onde atuam os assistentes sociais. Reconhecimento e caracterização da instituição e da prática profissional. Planejamento das atividades, sistematização da prática. Instrumentos e técnicas de atuação profissional. Relatório de caracterização do campo de estágio.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Fundamentos Históricos, Teóricos, Metodológicos do Serviço Social I, II e III
Ética Profissional no Serviço Social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURIOLA, Marta F. **O estágio supervisionado**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. LEI 8662/93. **Código de ética do assistente social**. Brasília, 1997.

LEWGOY, Alzira Maria Batista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURIOLA, Marta F. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Articulação estratégica e intervenção profissional**. In; **Estratégias em Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

Disciplina:	Seminário Temático I (Ética, Direitos Humanos, Cidadania/ Desenvolvimento e Meio Ambiente)		
Período:	8º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Estudo e aprofundamento de temáticas relevantes na área de Serviço Social, enfatizando a questão da ética, direitos humanos e cidadania. Direitos civis e políticos na legislação. Educação para o meio ambiente e planejamento urbano. A atuação do Serviço Social nessas áreas.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUINHO. Carlos Nelson. **Contra Corrente: ensaio sobre a democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et all (orgs). **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. In, **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 79, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. In; **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 82, 2005.

SADER, Emir (org.) **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

VIEIRA, Jane E. G. Educação para a sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária da gestão ambiental nas cidades. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 72.

Disciplina:	Seguridade Social - Previdência		
Período:	7º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

A trajetória da previdência social no Brasil e suas determinações histórico-conjunturais. A previdência social na lógica da seguridade. Análise da política de previdência: bases conceituais e legais, princípios e diretrizes. A reforma da previdência e o neoliberalismo. Contribuições do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático das políticas de previdência.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Léa. Cabral, M.S.R. **Serviço Social na Previdência**: trajetória, projetos profissionais e saberes. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARTAXO, Ana Maria Baima. **Estratégia de sobrevivência**: a Previdência e o Serviço Social. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira**: entre a política pública e o mercado. 2^a ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VIEIRA, E. **Democracia e previdência social**. Coleção polêmica do nosso tempo, nº 49, Cortez e Autores Associados, 1992.

SALVADOR, Evilásio. Implicações da reforma da previdência sobre o mercado de trabalho. In; **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 81, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Cidadania, globalização e previdência. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 68, 2001.

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007 (coleção básica de Serviço Social).

Disciplina:	Estagio Supervisionado II		
Período:	7º	Carga Horária:	144 horas/aula
EMENTA			

Elaboração do projeto de pesquisa e de intervenção. Exercício e análise da prática profissional. Procedimentos investigativos e interventivos, de acordo com a natureza da prática social e do público assistido. Operacionalização de instrumentais técnicos na relação usuário/serviço.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Estagio Supervisionado I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Pesquisa e produção do conhecimento na área de Serviço Social (p. 664- 738). In: **Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. Articulação estratégica e intervenção profissional. In: **Estratégias em Serviço Social**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

RICO, E. M. (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6ª. Ed São: Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. LEI 8662/93. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília, 1997.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEWGOY, Alzira Maria Batista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social; desvendando significados. In; **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 80, 2004.

Disciplina:	Seminário Temático II (Assistência, Pobreza e Exclusão Social)		
Período:	7º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Desenvolvimento do Estado brasileiro e suas intervenções na questão social. Relação Estado e sociedade. Conceito de pobreza, inclusão e exclusão. As formas de enfrentamento da pobreza. Evolução recente da pobreza e exclusão social no mundo, no Brasil e na Paraíba.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, André et alli. **Exclusão social no mundo**: Atlas da exclusão social no Brasil. Vol. 4. São Paulo: Cortez, 2004.

MOTA, Elizabete (org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

POCHMANN, Márcio & AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**, Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Maria Ozanira da Silva, et alli. **A Política Social brasileira no século XXI - a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Carmelita (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA:FAPEMA, 2006.

THERBORN, Goran. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: **Pós – neoliberalismo**. Emir Sader (org). 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Disciplina:	Questão Social		
Período:	8º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. O significado contemporâneo da questão social e a exclusão do acesso aos direitos econômicos, políticos e sociais. As principais formas de expressão da questão social no Brasil, priorizando o desemprego, a precarização das relações de trabalho, o pauperismo, a violência e a luta pela terra. A questão social como matéria prima do exercício profissional.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica ao salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio e AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. Dinâmica e manifestação territorial v. 4. São Paulo: Cortez, 2002. (p.15-41)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

FREIRE, Silene de Moraes. Estado, Democracia e Questão Social no Brasil. IN: PEREIRA, Potyara A. P.; BRAVO, Maria Inês Souza(Orgs). **Política Social e Democracia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Disciplina:	Estagio Supervisionado III		
Período:	8º	Carga Horária:	144 horas/aula
EMENTA			

Planejamento, execução e avaliação do projeto de intervenção. Proposição de estratégias teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas de ação profissional. Sistematização da prática. Oficina de supervisão. Elaboração do relatório de práticas

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Estagio Supervisionado II

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. LEI 8662/93. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília, 1997.

COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula. Articulação estratégica e intervenção profissional. In; **Estratégias em Serviço Social**. 8^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURIOLA, Marta F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2009.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8^a. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEWGOY, Alzira Maria Batista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social; desvendando significados. In; **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 80, 2004.

Disciplina:	Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso		
Período:	9º	Carga Horária:	54horas/aula
EMENTA			

Tipos de Monografia. Elementos que compõem a Monografia. Corpo principal da Monografia. Normas da ABNT sobre a elaboração de trabalho científico. Elaboração do projeto de Monografia.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Estagio Supervisionado I, II e III

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIA, Ana Cristina de; CUNHA, Ivan da; FELIPE, Yone Xavier. **Manual prático para elaboração de monografias**. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

NUNES, Rizzato. **Manual da monografia**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

TRALDI, Maria Cristina & DIAS, Reinaldo. **Monografia passo a passo**. 6ª. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina:	Trabalho de Conclusão de Curso		
Período:	9º	Carga Horária:	144horas/aula
EMENTA			

Síntese e expressão da totalidade da formação profissional através de elaboração da Monografia, seja de natureza teórica ou prática, relacionada, preferencialmente, ao campo de estágio ou projetos de pesquisas desenvolvidos. Terá a orientação de um professor do curso, obedecendo às exigências acadêmico-científicas.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Estágio Supervisionado I, II e III e Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIA, Ana Cristina de; CUNHA, Ivan da; FELIPE, Yone Xavier. **Manual prático para elaboração de monografias**. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

NUNES, Rizzato. **Manual da monografia**, 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

TRALDI, Maria Cristina & DIAS, Reinaldo. **Monografia passo a passo**. 6ª. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

(De acordo com a temática escolhida pelo aluno serão definidas as demais bibliografias).

OPTATIVAS OFERECIDAS

Disciplina:	História da Família e o Serviço Social
-------------	---

Período:	5º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
<p>Conceito de família. História social da família nas sociedades tradicionais da idade média. A emergência do pensamento acerca da família. Os princípios da organização social da família A demografia da família brasileira e os novos arranjos familiares. Abordagens sobre a família no século XXI. Transformações econômicas e sociais, impactos sobre as famílias na contemporaneidade. A atuação do Serviço Social junto à família.</p>			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>ARIÈS Philippe. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2006.</p> <p>KALOUSTIAN, Silvio, Manoug(org). Família brasileira, a base de tudo. 7ª ed. São Paulo: Cortez/UNICEF, 2005.</p> <p>SALES, Mione Apolinária et all. Política social, família e juventude 6ª. edição. São Paulo: Cortez, 2010.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ACOSTA, A.R. & VITALE, M.A.F. (Org). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>MIOTO, R.C.T. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete.(org). Política Social no Capitalismo: tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE, nº 75. Famílias. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>SARTI, Cynthia Andersen. Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>			

Disciplina:	Infância, Adolescência e Cidadania		
Período:	5º e 6º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Análise da questão da infância a partir da construção de sua historicidade. A política de proteção à infância e adolescência no contexto da Normativa Internacional. Conceituação do Direito da Criança e do Adolescente. Análise de situação da infância brasileira e dos programas de atenção a criança e ao adolescente nas relações entre o público e o privado. O Estatuto da Criança e do Adolescente. Contribuição do Serviço Social na busca de alternativas de intervenção face as expressões da questão social relacionadas à infância e adolescência na contemporaneidade.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 2006.

PRIORI, Mary del (org.). **História das crianças no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças**. 2ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16.07.1990.

FREITAS, Cezar de Freitas (Org). **História Social da Infância no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOREIRA, Eliana Monteiro & KATHLEEN, Elane Leal Vasconcelos. Infância, infâncias: o ser criança em espaços socialmente distintos. . In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 76. São Paulo: Cortez, 2003.

RIZZINI, Irene. **Século perdido: raízes e históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Disciplina:	Política Social do Idoso		
Período:	5º e 6º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

A transição demográfica no mundo e no Brasil e os desafios do envelhecimento populacional. O processo de envelhecimento: aspectos biológicos, cronológicos e sociais. Trabalho, família e envelhecimento. As expressões da questão social e o envelhecimento. O envelhecimento na agenda pública brasileira.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Envelhecimento na agenda Pública Brasileira. In: **Revista de Políticas Públicas**. V. I, nº I. São Luiz: EDFMA, 1995.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. São Paulo: Papagaio, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei nº 10.741-Estatuto do Idoso**. Brasília: Senado Federal, 2003.

BERZINS, Maria Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional. In: **Serviço Social e Sociedade nº75**, São Paulo: Cortez, 2003.

BORGES, Maria C. Moura. O idoso e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil. In: **A múltiplas faces da velhice no Brasil** (Coleção Velhice e Sociedade). São Paulo: Alínea, 2003.

MERCADANTE, Elisabeth F. Velhice: a identidade estigmatizada. In: **Serviço Social e Sociedade, nº 75**, São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E.A. Entre a liberdade e a Dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

Disciplina:	Serviço Social na Área Jurídica		
Período:	6º e 7º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Sociabilidade capitalista contemporânea e a Questão Social: A criminalização da pobreza e a Judicialização da questão social. Estado, Direito e Justiça no enfrentamento da questão social. O Serviço Social no campo sócio-jurídico em um contexto de transformações societárias. Os espaços sócio-ocupacionais no campo sócio-jurídico e a prática profissional.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CFESS. **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WACQUART, Luïc. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas sobre a questão social**. Revista Temporalis. Nº 03. ABEPSS.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Judicialização da Questão Social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 11, n. 2, 2008.

BOSKA, Helder. **A criminalização da pobreza: tecendo algumas reflexões**. São Luis, Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009.

FAVERO, Eunice Terezinha. **Desafios e Perspectivas do exercício profissional do assistente social na efetivação dos direitos: reflexões a partir do cotidiano de trabalho no judiciário**. Rio de Janeiro, CRESS/RJ, 2005, mimeo.

NETTO, José Paulo. **A concretização dos direitos num mundo globalizado e numa sociedade desigual**. XIX Conferencia Mundial de Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais, Bahia, CFESS/CRESS, 2008 - mimeo.

XAVIER, Arnaldo. A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 11, n. 2, 2008.

Disciplina:	Política Educacional		
Período:	7º e 8º	Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

A Trajetória histórica da Educação no Brasil. O Papel do Estado Democrático frente às políticas educacionais. Educação e conhecimento no mundo do trabalho e da cidadania. Contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social de educação. A atuação do Serviço Social na política de educação.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 11ª. Ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2003.

LIBANEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Coleção Docência em Formação).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação**. Revista Inscrita, nº 6. Brasília: CEFESS, 2000.

BRASIL. **Lei nº. 9.394/96**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 15ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, T. Tadeu; GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

Disciplina:	Oficina de Avaliação, Análise e Avaliação de Projetos e Programas Sociais.		
Período:	7º e 8º	Carga Horária:	72horas/aula

EMENTA

Avaliação de políticas e programas sociais: tendências e debates. Análise de propostas e desempenhos de políticas sociais. Parâmetros teóricos e metodológicos para análise de políticas sociais. Exercício de avaliação de políticas pública.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

Política Social I e II

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luisa Costa. **Metodologia de Avaliação em políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época).

RICO, Elizabete de Melo (Org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSCHETTI, Ivanete (Orgs). **Política social no capitalismo- tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Ademir Alves da. **Gestão da Seguridade Social Brasileira: entre a política pública e o mercado**. 2ª ed. São Paulo, Cortez: 2007.

SOARES, José Arlindo; BAVA, Silvio, Caccia (org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OUTRAS OPTATIVAS

Disciplina:	A Questão Agrária e Urbana no Brasil		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			
<p>Análise da estrutura agrária brasileira. Caracterização rede urbana no Brasil. A reprodução da pobreza e a exclusão social nos contextos rural e urbano. Estado e sociedade frente às questões agrárias e urbanas. Movimentos sociais urbanos e rurais. Intervenção do Serviço Social.</p>			
PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CASTELLS, Manuel. A questão Urbana. Rio de Janeiro:Paz e Terra,2009.</p> <p>GRAZIANO, José da Silva. O que é questão agrária. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1988.</p> <p>SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo. São Paulo:Vozes, 2010.</p> <p>MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>MEDEIROS, Leonildo Servolo de. Reforma agrária no Brasil:história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.</p> <p>PRADO JR., Caio. A questão agrária no Brasil.5ª ed. São Paulo:Brasiliense,2000.</p> <p>RAMOS, Maria Helena Rauta (2002). Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial In: RAMOS, Maria Helena Rauta (org.) Metamorfoses sociais e políticas urbanas. DP&A, Rio de Janeiro.</p>			

Disciplina:	Ética, Direitos Humanos e Qualidade de Vida		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula

EMENTA

A modernidade ética. A crise dos projetos de transformação social. Os desafios éticos da sociedade brasileira e particularmente da Paraíba e Cajazeiras face às várias formas de discriminação e desrespeito aos direitos humanos. A qualidade de vida como direito de cidadania.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Poder Executivo, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Brasília, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia Silva, A inscrição da Ética e dos Direitos Humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **In: Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 79. 2004.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUARQUE, Cristovão. **Qualidade de vida: a modernização da utopia**. In: Lua Nova. Revista de Cultura Política. São Paulo, n.º 31, 1993, p. 05-47.

DRAIBE, Sônia. Qualidade de Vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário Latino-Americano. **In: Lua Nova. Revista de Cultura Política**. São Paulo, n.º 31, 1993, p. 05-47.

INÁCIO, Miriam de O. A discussão ética das questões afirmativas: problematizando o princípio da Igualdade. **In: Revista Temporalis, nº 5**. Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABEPSS), ano III, p. 71-80, 2002.

SANTOS, Boaventura Souza. **Por uma concepção multicultural de direitos**. In: Lua Nova. Revista de Cultura Política. São Paulo, n.º 39, 1997, p. 73-104.

Disciplina:	Crise e Reforma do Estado e Terceiro Setor		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula

EMENTA

A crise do Welfare State e a reforma do Estado: diferentes interpretações. O neoliberalismo e as políticas de ajustes estruturais. As diferentes propostas de reforma no contexto da sociedade brasileira. A alternativa neoliberal: políticas de ajuste e reforma do Estado – privatização, filantropização e focalização das políticas sociais. Emergência e desenvolvimento do Terceiro Setor.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos- o breve século XX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAVA, Silvio Caccia & PONTES, Lucia. As ONGS e as políticas públicas na construção do Estado democrático. **In; Revista Serviço Social e Sociedade n° 50**. São Paulo: Cortez.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 19ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MOTA, Ana Elizabete (org.) **A Nova Fábrica de Consensos**. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 4ª ed. Paulo: Cortez, 2008.

SADER, Emir, GENTILLI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo- As políticas sociais e o Estado democrático**. 7ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Disciplina:	Relações Sociais e Sociabilidade		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula

EMENTA

A esfera da produção e reprodução social: dimensões ontológicas. A centralidade do trabalho na constituição da sociabilidade humana. O trabalho na sociedade capitalista: produção socializada e apropriação privada da riqueza Transformações contemporânea no processo de acumulação e regulação social. Trabalho e individuo social no capitalismo contemporâneo.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IAMAMOTO, Marilda Vilela, CARVALHO, Raul de. Uma concepção teórica da reprodução das relações sociais. In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 17ª. Ed. São Paulo: Cortez; (Lima, Peru): CELATS, 2005. (p. 29-70)

_____. Trabalho e indivíduo no processo capitalista de produção. In: **Trabalho e Indivíduo Social**: Um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

LESSA, Sérgio. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: EDUFAL, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

TEIXEIRA, Francisco e FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo, Cortez, 2008.

Disciplina:	Tópico Especial em Questão Social		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. O significado contemporâneo da questão social e a exclusão do acesso aos direitos econômicos, políticos e sociais. As principais formas de expressão da questão social no Brasil, priorizando o desemprego, a precarização das relações de trabalho, o pauperismo, a violência, a luta pela terra. A questão social e o Serviço Social.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** . 9ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica ao salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 8ª. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, nº 03, ABEPSS, Brasília, 2001. (p. 33 a 39).

Disciplina:	Informática Aplicada ao Serviço Social		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Noções gerais de informática. Aspectos de hardware. Aspectos de software. Sistema Operacional. Manipular e conhecer Softwares de edição de texto, planilha eletrônica e elaboração de tabelas e gráficos. Informática aplicada à pesquisa social. Principais testes estatísticos e propriedades. Os impactos das tecnologias da informação no Serviço Social.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CAMPRON, H. L; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática.** 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Ana Maria Ponzio et al. **Informática na educação: teoria e prática.** Revista brasileira de informática na educação. Porto Alegre.

(Consulta a manuais e programas disponíveis online).

Disciplina:	Seminário Temático sobre Gênero		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

As principais abordagens teóricas do conceito de gênero. As relações de gênero enquanto construções sociais. Os movimentos de mulheres e a cidadania. A contemporaneidade neoliberal globalizada e o rebatimento cultural frente às expressões de gênero e sexualidade. Relações de gênero no Brasil contemporâneo e expressões da questão social. Identidade profissional, gênero e Serviço Social. Intervenções do Serviço e o enfoque de gênero.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Célia Regina (orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: FCC – São Paulo: Editora 34, 2001.

MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. Tradução Vanda Caldeira Brant. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, p. 58-61, 2005.

BRANDÃO, Maria Luiza Ribeiro, BINGEMER, Maria Clara (orgs.) **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987 (coleção polêmica do nosso tempo).

HIRATA, Helena, FRANÇOISE, Laborie et alii (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Xamã, São Paulo, 2001.

Disciplina:	Oficina de Metodologia do Trabalho com Grupos		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

Fundamentos básicos: revisão histórico-evolutiva; importância e conceituação de grupo; principais elementos, funções e formação do grupo. Formação do grupo: processo grupal e funcionamento dos grupos Diferentes modalidades grupais e suas tendências frente às transformações sociais. Uso da dinâmica de grupo enquanto processo de integração social.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia Institucional e processo grupal. In: BOCK, Ana Mercês Bahia et al. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FRITZEN, Silvino José. **Exercícios práticos de dinâmica de grupo**. 36.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Grupoterapias: abordagens atuais**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Ana Maria; PÉRPETUO, Susan Chiode. **Dinâmica de Grupos na formação de lideranças**. 9. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações Humanas – Psicologia das Relações Interpessoais**. São Paulo, Atlas, 2008.

KERNBERG, Otto. **Ideologia, conflito e liderança em grupos e organizações**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ZIMERMANN, Davi. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Disciplina:	Libras		
Período:		Carga Horária:	72horas/aula
EMENTA			

A história dos surdos e da surdez. Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais. Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

PRÉ-REQUISITOS (QUANDO HOVER)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

SKLIAR, Carlos(org). **Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3ª.ed. Porto Alegre: Editora Mediação,2005.

_____. (org). **Actualidade da educação bilíngui para surdos**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação,1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Língua brasileira de sinais**. Brasília Editor: SEESP/MEC. 1998

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: MEC, 2005.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KOJIMA, Catarina Kiguti; SEGALA Sueli Ramalho **LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento**. São Paulo: Editora Escala, 2008.

TESKE, Ottmar; CAMPOS, Sandra Regina Leite; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; LODI, Ana Cláudia (Orgs.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

17. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso é constituído por 18 docentes, distribuídos nos 03 (três) núcleos de fundamentação da formação profissional, propostos pelas diretrizes curriculares da ABEPSS. Sendo 11(onze) docentes com formação específica na área de Serviço Social, 1 (um) na área de Letras, 1(um) na área de Economia, 1(um) na área de Psicologia, 2(dois) na área de História e 1(um) na área de Filosofia e 1(um) em Sociologia

Quanto à titulação do Corpo docente temos 01 Doutora (5,5%), 11 Mestres(61,1%) e 06 Especialistas(33,3%). Salientamos que dos 05 especialistas, 01 é mestranda, com previsão de defesa em março de 2011. Entre os mestres temos 02 doutorandos, com previsão de conclusão em 2011.

CPF	Nome	Titulação
285211376-72	Antônio Carlos Borges Martins	Mestre
830196186-04	Antônio Marcelo Cavalcante Novais	Mestre
043575594-30	Alison Cleiton de Araújo	Mestre
010077524-16	Aline de Medeiros Silva	Mestranda
951138194-68	Carmem Silva Alves	Mestre
011960894-42	Clodine Maria Azevedo de Melo	Mestre
965468593-00	Darlania Pinheiro Leandro	Especialista
038708444-42	Eliane Leite Mamede	Mestre
982975624-68	Evilásio dos Santos Silva	Especialista
676231314-00	Francineide Fernandes de Lucena	Mestre/ Coordenadora
426683604-04	José Antônio Araruna Neto	Especialista
886062793-15	Josefa Nunes Pinheiro	Mestre
350054164-04	Maria Lúcia Linhares de Azevedo	Esp./Coord. Estágio
251364884-68	Maria de Fátima Duarte Holanda	Mestre
181808414-72	Marlene de Melo Barboza Araújo	Doutora
893484254-34	Naedja Pereira Barroso	Mestre
039820894-84	Patrícya Karla Ferreira e Silva	Mestre
011766444-83	Verônica Cristian S. de Belchiôr	Especialista

18 DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

Dados Pessoais					
Nome:	Francineide Fernandes de Lucena				
End.:	Rua Maria Ilza de Andrade, nº 1, aptº 301, Edf. Maria de Fátima Coelho Cartaxo				
Cidade:	Cajazeiras	UF:	PB	CEP:	58900-000
Fone:		Cel:	(83) 9372-0863/(83) 8838-2843 ou (83) 3531-3500		
E-mail:	franciflu@hotmail.com				
CPF:	676.231.315-00	RG:	1.229.725	Órgão:	SSP/PB
Regime de trabalho:	Integral	Data de contratação:	01/2007		
Titulação					
Formação			Descrição		
Graduação			Bacharelado em Serviço Social- UFPB-(1991)		
Mestrado			Mestrado em Serviço Social- UFPB-(1999)		
Tempo de vínculo com o curso			4 anos		
Tempo de magistério superior			8 anos		
Tempo de exercício profissional fora do magistério			16 anos		

19. NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante é composto pela Coordenadora do Curso e por cinco docentes, a saber: Francineide Fernandes de Lucena (Coordenadora), Josefa Nunes Pinheiro, Marlene de Melo Barboza Araújo, Maria Lúcia Linhares de Azevedo, Eliane Leite Mamede e Álison Cleiton de Araújo, perfazendo um total de 35,3% dos docentes do curso. O NDE foi constituído no mês de Setembro de 2009, através da Portaria nº 037/2009. No ano de 2010, foi realizada a substituição de um membro, visando adequar-se às exigências da Resolução 01 de 17 de junho de 2010, do MEC/INEP. Desde sua implementação, o NDE vem acompanhando, sistematicamente, o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico do Curso, no que diz respeito às orientações, consultas e discussões acerca dos conteúdos curriculares, da adequação das disciplinas aos objetivos do curso, assim como do processo de execução e consolidação do Estágio Supervisionado e demais atividades.

COMPOSIÇÃO DO NDE

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Tempo de experiência do magistério	Formação da Graduação
Francineide Fernandes de Lucena	Mestre/ Coordenadora	Integral	8 anos	Bacharelado em Serviço Social
Marlene de Melo Barboza Araújo	Doutora	Integral		Bacharelado em Serviço Social
Alison Cleiton de Araújo	Mestre	Integral		Bacharelado em Serviço Social
Eliane Leite Mamede	Mestre	Integral		Bacharelado em Serviço Social
Maria Lúcia Linhares de Azevedo	Especialista	Integral		Bacharelado em Serviço Social
Josefa Nunes Pinheiro	Mestre	Parcial		Licenciatura em História

20 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é órgão deliberativo responsável pela definição das diretrizes didático-pedagógicas do respectivo Curso, respeitadas as normas superiores, bem como pela definição do perfil acadêmico-profissional do discente. São membros do Colegiado de Curso: O Coordenador de Curso, seu presidente, os professores ministrantes das disciplinas que integram o curso e um representante discente, indicado pelo Diretório Acadêmico do curso para o mandato de um ano.

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, durante o semestre letivo, em datas definidas no Plano de Ação, e por convocação do Coordenador de Curso; Extraordinariamente, também quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria ou por solicitação do Diretor Geral, do Vice Diretor Acadêmico, do Coordenador Pedagógico, ou a requerimento de dois terços dos seus membros.

O Colegiado de Curso compete: Definir o perfil do ingressante no curso, bem como o perfil acadêmico-profissional do seu formando; Fixar as diretrizes didático-pedagógicas do curso; Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre os professores do curso, respeitadas as especialidades; Definir o perfil do docente capaz de responder às exigências do curso;

Analisar e aprovar as propostas de ementas, seus objetivos e a pertinência do conteúdo programático de cada disciplina, visando à integralização curricular; Regulamentar o desenvolvimento de Estágios Supervisionados e de Atividades Complementares, em conformidade com as políticas e diretrizes superiores; Aprovar propostas de mudanças curriculares.

21. SUPORTE TÉCNICO – PEDAGÓGICO

Pessoal Administrativo

- 01 Diretor da Instituição
- 01 Vice-Diretor
- 01 Secretário Geral
- 01 Coordenador de Curso
- 01 Secretário de Coordenação de Curso
- 01 Psicólogo
- 01 Coordenador de Ensino Pedagógico
- 01 Bibliotecária
- 02 Auxiliares de Biblioteca
- 02 Auxiliares de Secretaria
- 01 Contador
- 01 Tesoureiro
- 01 Auxiliar de Tesouraria
- 03 Auxiliares de Serviço

22. INSTALAÇÕES FÍSICAS

Para o funcionamento do Curso de Bacharelado em Serviço Social, existem as seguintes instalações físicas:

- 13 Salas de Aula, com capacidade variada de 20 a 50 alunos, dentro dos padrões técnicos de ventilação e luminosidade natural e artificial.

- 01 Sala para Diretoria
- 01 Sala para Secretaria Geral
- 01 Sala para Tesouraria
- 01 Sala para o PAPIES
- 01 Sala para Coordenação e Secretaria do Curso
- 01 Sala para a Coordenação de Estágio
- 01 Sala para a Coordenação Pedagógica e Administração de Marketing
- 01 Biblioteca, equipada com acervo, mesas para trabalhos em grupo e cabines individuais de estudo
- 01 Sala comum para docentes
- 01 Sala de estudo para docentes, com 1 computador completo e ligado, permanentemente, à internet, mais uma impressora, 4 birôs com cadeiras, 1 armário em aço e 1 estante em aço
- 01 Sala para Laboratório de Informática, equipada com 25 micro-computadores, ligados à internet e que serão colocados à disposição dos alunos
- 01 Santuário para atividades religiosas
- 01 Auditório com 433.74m²
- 01 Sala de Vídeo
- 01 Mecanografia
- 01 Rampa interna de acessibilidade ao primeiro andar, para portadores de necessidades especiais
- 02 Instalações sanitárias, completas, destinadas ao uso exclusivo de docentes e funcionários
- 04 Conjuntos de instalações sanitárias, completas, destinadas ao uso dos alunos (masculinos e femininos)
- 01 Instalações sanitárias completa destinadas a portadores de necessidades especiais
- 01 Sala para depósito dos meios auxiliares de ensino
- 02 Cantinas
- 01 Quadra para atividades esportivas
- 01 Área de convivência.

23. BIBLIOTECA

A Biblioteca da FAFIC, que irá atender ao Curso de Bacharelado em Serviço Social, está dividida em três ambientes: acervo e cabines individuais de estudo, sala de leitura e sala de administração, dispondo de livros, periódicos, monografias, folhetos, obras de referência, fitas de vídeo, DVDs, entre outros documentos.

Os serviços da Biblioteca são franqueados aos professores, alunos e demais funcionários da Faculdade, de acordo com as normas regulamentares próprias.

Contratos de Cooperação Técnica e Científica

A Biblioteca da FAFIC, buscando prestar um melhor atendimento à sua clientela, mantém Contratos de Cooperação Técnica e Científica com as bibliotecas do Centro de Formação de Professores de Cajazeiras - UFCG, do Seminário Nossa Senhora da Assunção e do Instituto de Filosofia Verdade e Vida, todas sediadas em Cajazeiras – Paraíba.

Política de Atualização do Acervo

Com vistas à expansão do acervo, a Biblioteca da FAFIC elaborou um plano que estabelece as diretrizes para aquisição de títulos, de maneira técnica e sob critérios acadêmicos, o qual obedece à seguinte sistemática:

- Títulos das bibliografias básica e complementar das disciplinas:

- levantamento estatístico dos títulos objetos de maior demanda;
- verificação das características desta demanda: se satisfeita ou insatisfeita;
- estimativa das quantidades dos diferentes títulos que deverão ser adquiridos para atendimento à demanda;
- indicação pelos professores, em formulário próprio, de novos títulos a serem adquiridos, com a indicação do número de exemplares editados, ou não, recentemente acompanhada da sugestão do número de exemplares a adquirir;

- relação para compra (considerando, que, em se tratando de já esgotados, proceder-se-á a substituição por novas indicações dos professores);
- aquisição;
- catalogação;
- indicação, em formulário próprio, pelos professores, de títulos de novos periódicos que versem sobre matérias referentes às disciplinas básicas;
- aquisição de assinaturas destes periódicos.

Informatização

A Biblioteca do Curso de Licenciatura em Filosofia encontra-se em processo de informatização. O *software* possibilita o cadastramento de livros e periódicos e a pesquisa ao banco de dados do acervo.

23. ANEXOS

Anexo I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (APROVADA PELO COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL EM 17 DE JUNHO DE 2009)

CAPÍTULO I

Conceito e Objetivos

Art. 1º - O Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social caracteriza-se como componente curricular obrigatório em que o aluno desenvolverá atividades de cunho pedagógico, no espaço sócio-ocupacional, sob a supervisão de um professor e de um profissional Assistente Social supervisor de campo.

§ 1º - as atividades do Estágio Supervisionado possibilitam a vivência da articulação em teoria e prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º – o Estágio Supervisionado deve ser ministrado sob a supervisão de um professor com formação em Serviço Social, inscrito no Respectivo Conselho.

§ 3º – o Estágio Supervisionado deve contribuir na capacitação do aluno estagiário para o exercício profissional, com base em sua formação científica, ética, cultural e política, considerando sua criatividade e a realidade social analisada criticamente.

Art. 2º – São objetivos específicos do Estágio Supervisionado:

- I. Integrar os alunos em setores e serviços que se destinam à aplicação do saber, visando elevar o nível do seu aprendizado técnico-científico;
- II. Capacitar o aluno-estagiário para que apreenda, no espaço do exercício profissional, a indissociabilidade entre teoria e prática nas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social;
- III. Capacitar o aluno-estagiário para identificar a realidade sócio-econômica e cultural das comunidades locais, compreendendo-a no contexto nacional e regional;
- IV. Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico-científico no campo de estágio;
- V. Estimular no aluno-estagiário o desenvolvimento de valores ético-políticos na leitura da realidade institucional e na relação com os profissionais do campo de estágio;
- VI. Desenvolver habilidades teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do exercício profissional;

CAPÍTULO II

Da Caracterização do Estágio

Art. 3º - O Estágio Supervisionado será desenvolvido no período de um ano e meio, com a carga horária total de 432 horas, distribuídas em 08 horas semanais.

Art. 4º – O Estágio Supervisionado será assim distribuído:

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – 144 horas. Aproximação com os campos de estágio,

analisando as diversas práticas profissionais e políticas sociais que irão possibilitar ao discente a caracterização da instituição de estágio.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – 144 horas. Elaboração do Projeto de Pesquisa e de Intervenção, e acompanhamento sistemático da prática profissional do Assistente Social.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III – 144 horas. Execução do Projeto de Intervenção e acompanhamento sistemático da prática profissional do Assistente Social.

Art. 5º – As turmas de Estágio não excederão o total de 10 alunos para cada Campo de Estágio e para cada Professor Orientador.

Art. 6º – O Professor Orientador terá a carga horária de 02 horas semanais para supervisionar os alunos em Campo de Estágio e 04 horas semanais para a orientação acadêmica.

CAPÍTULO III

Supervisão e Coordenação do Estágio

Art. 8º – O Estágio Curricular será coordenado por 01 Coordenador de Estágio, professor do Curso e com formação em Serviço Social, eleito e homologado pelo Colegiado do Curso, o qual trabalhará em conjunto com a Coordenação de Curso, Professores Supervisores de Estágio, Supervisores de Campo de estágio e alunos.

Art. 9º – São atribuições da Coordenação do Estágio:

- I. Propor as normas gerais de sistematização do Estágio e administrá-las no exercício da sua função;
- II. Identificar, sistematizar e manter atualizado o Cadastro de Estágio e Instituições Conveniadas;
- III. Visitar as Instituições da comunidade para possibilitar abertura de novos Campos de Estágios;
- IV. Planejar, junto à Coordenação do Curso, a distribuição dos Professores Supervisores de Estágio;

- V. Divulgar, junto ao aluno, o Regulamento do Estágio e seus respectivos Supervisores de Campo de Estágio e Professores Supervisores de Estágio, organizados por áreas temática;
- VI. Organizar a distribuição dos alunos, por grupo, nos diferentes Campos de Estágio;
- VII. Manter a Coordenação do Curso de Serviço Social permanentemente atualizado sobre o andamento das atividades e ocorrências do Estágio;
- VIII. Promover e Coordenar Seminários, Simpósios, Grupos de Estudos e Encontros relacionados à temática de Estágio;
- IX. Promover reuniões com os Professores Supervisores, Supervisores de Campo e alunos;
- X. Substituir o Campo e Estágio, em caso de problemas surgidos no intercurso do estágio;
- XI. Solicitar à Coordenação do Curso de Serviço Social a substituição de Professores Orientadores, em caso de impedimento ou afastamento definitivo;
- XII. Articular-se com as demais áreas de estágio da FAFIC, com os grupos de estudo e pesquisa e a extensão, para troca de experiência;
- XIII. Avaliar, semestralmente, o desenvolvimento do estágio, junto aos Supervisores de Campo, alunos e Professores Supervisores;
- XIV. Encaminhar ao Conselho Regional de Serviço Social, periodicamente, a relação dos Campos de Estágio, bem como os nomes dos Supervisores de Campo;

Art. 10º - São atribuições do Professor Supervisor de Campo de Estágio:

- I. Encaminhar, metodologicamente, o componente curricular, elaborando e implementando ações de acordo com os objetivos da prática acadêmica e com as demandas de Campo de Estágio;
- II. Visitar o Campo de Estágio, considerando a dinâmica institucional e a carga horária destinada para esse fim;
- III. Manter a Coordenação de Estágio permanentemente atualizada sobre o desenvolvimento das atividades de estágio;
- IV. Participar sistematicamente, com o Coordenador de Estágio, de reuniões, seminários e encontros, sobre a temática de estágio;

- V. Orientar o estagiário na construção e implementação do Projeto de Intervenção junto ao Supervisor de Campo;
- VI. Avaliar o estagiário quanto à assiduidade, pontualidade, sociabilidade, interesse, participação, responsabilidade, aptidão para solucionar problemas, ética profissional, capacidade de decisão, inteligência emocional, domínio de métodos e técnicas e desempenho global;
- VII. Contribuir para ampliar, no discente, o seu grau de responsabilidade e de interesse pela profissão;
- VIII. Articular as diversas técnicas e conhecimentos, de modo a levar o estagiário a conhecer e utilizar todos os recursos da área que se fizerem necessários.

Art. 11º - São atribuições do Supervisor de Campo:

- I. Preparar a agenda do semestre, juntamente com o Professor Supervisor de Campo, na qual deve constar: horários, atividades, dias de supervisão, leituras, Plano de Atividades e outros;
- II. Realizar contato inicial com o estagiário, para a identificação de suas expectativas, bem como para o estabelecimento do Plano de Atividades do semestre;
- III. Explicitar para os estagiários, o objetivo do estágio, do ponto de vista institucional, a partir das atribuições do Serviço Social;
- IV. Orientar o estagiário quanto à utilização de instrumentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do exercício profissional e quanto ao domínio de procedimentos e atividades do Serviço Social;
- V. Participar do processo de avaliação do estagiário com base nos objetivos previamente estabelecidos para o Estágio;
- VI. Registrar a frequência do aluno estagiário;
- VII. Conhecer o Regulamento do Estágio Supervisionado, configurado nas normas acadêmicas de sua execução;
- VIII. Participar, na condição de convidado, da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos estagiários;

- IX. Manter a Coordenação de Estágio informada sobre qualquer intercorrência que esteja prejudicando o andamento do Estágio Supervisionado;
- X. Participar de reuniões, cursos, seminários, oficinas, quando convidado pela Coordenação do Curso de Serviço Social e pela Coordenação de Estágio.

CAPÍTULO IV

Do Estagiário

Art. 12º – Será candidato a estagiário o aluno regularmente matriculado no Curso de Serviço Social e que já tenha cumprido os pré-requisitos necessários para ingressar no Estágio Supervisionado;

Art. 13º – Nenhum aluno poderá colar grau sem cumprir o Estágio Curricular Obrigatório;

Art. 14º – A realização de Estágio Curricular não acarretará vínculo empregatício, de qualquer natureza, do aluno-estagiário quer com a Faculdade, quer com a Instituição/Empresa/Entidade, campo de estágio;

Art. 15º – São atribuições dos alunos estagiários:

- I. Atender às normas e ao Regimento Interno da Instituição em que estiver estagiando;
- II. Entregar, ao final do período letivo, as atividades concernentes ao estágio e que serão avaliados pelo Professor Supervisor;
- III. Participar da programação, elaboração e desenvolvimento das ações institucionais juntamente com o Supervisor de Campo;
- IV. Observar na prática cotidiana, os princípios do Código de Ética Profissional;
- V. Cumprir a carga horária de 08 horas semanais em Campo de Estágio;
- VI. Desenvolver suas atribuições com responsabilidade;
- VII. Cumprir as exigências regulamentares do Estágio Curricular Supervisionado;
- VIII. Executar as tarefas que lhe forem atribuídas no Campo de Estágio, considerando os interesses do aprendizado, os da instituição que o recebe e os do Curso de Serviço Social;

- IX. Obedecer aos estatutos, regimentos e outras normas que regem a instituição, Campo de Estágio.

CAPÍTULO V

Do Processo Avaliativo do Estagiário

Art. 16º - Entende-se por avaliação o processo contínuo de análise das tarefas realizadas pelo aluno o que permite ao Supervisor de Estágio revisar as atividades e métodos empregados, de modo a ensejar a reflexão, pelo estagiário, dos seus pontos positivos e negativos e sua maior capacitação para a prática profissional.

Art. 17º - A avaliação constitui parte integrante da aprendizagem, dela participando o Professor Supervisor, o aluno e o Supervisor de Estágio da instituição onde se realiza o estágio.

Art. 18º - Tendo em vista a avaliação, é obrigatória a apresentação do relatório de estágio, elaborado pelo aluno e avaliado pelo Supervisor.

Art. 19º - A avaliação do aluno estagiário deverá levar em consideração os aspectos da assiduidade, pontualidade, interesse, participação, sociabilidade, responsabilidade, aptidão para resolver problemas, ética profissional, capacidade de decisão, inteligência emocional, domínio de métodos e técnicas, assim como o desempenho global das atividades programadas para o Estágio.

Art. 20º - O Supervisor de Campo deverá avaliar, o aluno estagiário a cada final da unidade temática, conforme parecer avaliativo emitido pela Coordenação de Estágio;

Art. 21º - Será aprovado, no Estágio Curricular Supervisionado, o aluno que cumprir 75% de frequência às atividades de estágio, e as reuniões e entrevistas de supervisão e obtiver a nota mínima de 7,0 estabelecida, regimentalmente, para aprovação.

CAPÍTULO VI

Dos Campos de Estágio

Art. 22º - Serão escolhidas para Campo de Estágio, as instituições que atendam aos seguintes requisitos: espaço físico adequado, equipamentos necessários e sigilo profissional, disponibilidade do Supervisor de Campo para o acompanhamento presencial das atividades de aprendizagem.

Art. 23º - Os campos de estágios para o alunos do Curso de Serviço Social são instituições que firmarem convênio, para este fim, com a FAFIC.

Art. 24º - São considerados Campos de Estágio: as Empresas, Instituições Públicas, privadas e filantrópicas e as Organizações Governamentais e não Governamentais sediadas, nas áreas rurais e urbanas e que ofereçam condições para a realização de Estágio.

Art. 25º - Os Campos de Estágio deverão ser credenciados pela Faculdade, mediante convênio, na forma da legislação que estabelece as Normas de Estágios.

Art. 26º - Todos os Campos de Estágio deverão ter como Supervisor de Campo, um assistente social, conforme lei que regulamentação da profissão,(Lei 8662/93) em seu artigo 14º.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 27º - À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC caberá garantir, segundo a legislação em vigor, Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o seguro contra acidentes pessoais em favor do aluno estagiário.

Art. 28º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Coordenação de Estágio e ao Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 29º - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso.

Anexo II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Art.1º As atividades acadêmico-científico-culturais, denominadas atividades complementares, compreendem toda e qualquer atividade não prevista no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

Art. 2º As atividades complementares deverão contemplar diferentes áreas de conhecimento que contribuam para a formação profissional do graduando, através da prática de estudos independentes, opcionais e interdisciplinares.

Art. 3º A carga horária destinada às atividades complementares, prevista na estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social., será de 150 (cento e cinquenta) horas, assim distribuídas:

I- do 1º ao 4º, período deverá ser cumprida a carga horária de 15 (quinze) horas, por período, integralizando um total de 60 (sessenta) horas;

II- do 5º ao 6º, período deverá ser cumprida a carga horária de 30 (tinta) horas, por período, integralizando um total de 60 (sessenta) horas;

III- do 7º ao 8º, período deverá ser cumprida a carga horária de 15 (quinze) horas, por período, integralizando um total de 30 (trinta) horas.

Art. 4º As atividades complementares que integram, em caráter obrigatório, a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social. compreenderão as seguintes categorias de ensino, pesquisa e extensão:

Art. 5º As atividades complementares deverão ser realizadas ao longo do curso e abranger, pelo menos, duas categorias das atividades previstas no artigo 4º.

Art. 6º As atividades de ensino, nas quais poderão ser cumpridas até 70% (setenta por cento) da carga horária total estabelecida para as atividades acadêmico-científico-culturais, compreendem:

I – disciplinas não previstas na estrutura curricular curso;

II – monitorias em disciplinas que integram a estrutura curricular do curso de Bacharelado em Serviço Social ou de cursos afins;

III - cursos de atualização, aperfeiçoamento, complementação, aprofundamento de estudos e outros que versem sobre matéria de interesse para a formação do graduando em Serviço Social.

Art. 7º As atividades de pesquisa, nas quais poderão ser cumpridas até 70% (setenta por cento) da carga horária total estabelecida para as atividades acadêmico-científico-culturais, compreendem:

I. participação em projetos de pesquisa ou de iniciação científica;

II. publicação e/ou apresentação de trabalhos científicos.

Parágrafo único: Para os fins previstos neste Regulamento, relatórios de pesquisa não são considerados publicação.

Art. 8º As atividades de extensão, nas quais poderão ser cumpridas até 70% (setenta por cento) da carga horária total estabelecida para as atividades acadêmico-científico-culturais, compreendem:

I-seminários, congressos, simpósios, conferências, ações comunitárias institucionais e similares;

II- estágios extracurriculares;

III- gestão de órgão de representação estudantil, representação discente junto aos órgãos: Colegiado de Curso, Congregação, Conselhos de comunidade, Conselhos superiores;

IV - participação em Projetos de Extensão.

Art. 9º Para o aproveitamento das atividades complementares, os graduandos devem comprovar a efetiva participação em qualquer evento, através de documentação específica.

Art. 10. O cumprimento da carga horária total das atividades complementares deverá ser realizada, obrigatoriamente, durante o período de integralização do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

Art. 11. A Coordenação das atividades complementares será exercida pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único: A Coordenação das atividades complementares poderá ficar a cargo de um docente, indicado pelo Coordenador de Curso e designado pela Direção da FAFIC, quando o número de alunos matriculados assim o exigir.

Art. 12 Caberá ao Coordenador do Curso:

- I- organizar e divulgar o calendário de atividades acadêmico-científico-culturais promovidas pela IES;
- II- divulgar atividades complementares, promovidas em outras instituições;
- III- apreciar e emitir parecer a respeito da validade de documentos comprobatórios da participação em eventos, que objetivem o aproveitamento sob a forma de atividades complementares;
- IV- Elaborar, no final de cada semestre letivo, relatório como os documentos comprobatórios das atividades complementares realizadas pelo aluno;
- V- apresentar, semestralmente, à Coordenação de Curso propostas de atividades complementares a serem implantadas no semestre letivo subsequente;
- VI- fixar e divulgar local, data e horário para atendimento aos alunos;
- VII- à Direção e à Secretaria Geral da FAFIC, apresentar relatório semestral das atividades desempenhadas.

Parágrafo único: Dos pareceres emitidos acerca das atividades complementares, caberá recurso à Coordenação do Curso, no prazo de 05(cinco) dias úteis, após ciência por parte do graduando.

Art. 13. A solicitação de aproveitamento da participação em eventos, deverá ser formalizada pelo aluno, semestralmente, junto à Coordenação do Curso mediante preenchimento de formulário específico e apresentação de documento comprobatório, obedecendo ao prazo estipulado no Calendário Letivo da IES.

Art. 14. Os formulários, devidamente preenchidos, e os documentos comprobatórios serão arquivados na Coordenação do Curso, para acompanhamento, registro e cômputo da carga horária das atividades acadêmico-científico-culturais realizadas pelo discente.

Art. 15 Os discentes ingressantes no Curso de Bacharelado em Serviço Social, através de transferência ou reingresso, ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária estabelecida para as atividades complementares podendo solicitar a inclusão de atividades realizadas na instituição de origem, observadas as seguintes condições:

I- A compatibilidade das atividades complementares cumpridas na instituição de origem com as estabelecidas neste Regulamento.

II- A carga horária atribuída as atividades cumpridas na instituição de origem e a conferida por este Regulamento a atividades idênticas ou similares.

Parágrafo único: As horas excedentes serão desconsideradas no cômputo total da carga horária das atividades complementares.

Art. 16 Deverá constar, no Histórico Escolar do aluno, a carga horária das atividades complementares cumpridas no período de integralização do curso.

Parágrafo único: O cumprimento da carga horária das atividades complementares é um dos requisitos para a integralização da carga horária total do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

Art. 17 As atividades complementares, em vista de sua natureza, não serão computadas para fins de cálculo da média semestral do aluno.

Art. 18 A descrição da pontuação equivalente à carga horária de cada atividade encontra-se elencada na tabela do Anexo I, deste Regulamento.

Art. 19 Os casos omissos, neste Regulamento, serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

Anexo III - REGULAMENTO PARA APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TCC

Extrato do PDI da FAFIC

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente Regulamento normatiza as atividades de apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, exigência obrigatória pra a obtenção do diploma de Bacharel em Serviço Social.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso, consiste em um texto elaborado, individualmente, pelo discente, sob a orientação de um professor do curso.

Art. 3º Os objetivos gerais que norteiam a feitura e a apresentação do TCC são:

I - propiciar ao discente a oportunidade de demonstrar o grau das habilidades e competências adquiridas;

II - ensejar o aprofundamento temático;

III - estimular o discente à produção científica;

IV - oportunizar a consulta de bibliografia especializada;

V – levar o discente a aprimorar a capacidade de interpretação e crítica dos conhecimentos teóricos;

VI - contribuir para a desenvoltura na apresentação de suas idéias;

VII - contribuir para a aplicação de conhecimentos adquiridos na área de metodologia, tanto na pesquisa quanto no trabalho científico.

TÍTULO II

Da Organização Geral

Art. 4º Compete à Coordenação do Curso, no tocante à elaboração, apresentação e defesa do TCC:

I - tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;

II - indicar os professores orientadores;

III - designar os membros das bancas examinadores.

Art. 5º Compete ao Colegiado do Curso:

I - sugerir alterações neste Regulamento;

II - resolver os casos omissos neste Regulamento e interpretar seus dispositivos;

III - analisar, em grau de recurso, as decisões da Coordenação do Curso em matéria atinente ao TCC.

Art. 6º O Coordenador do Curso, quando se fizer necessário, poderá convocar reunião com os professores orientadores, buscando cumprir e fazer cumprir este Regulamento e disposições legais pertinentes ao Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO I

Dos Professores Orientadores

Art. 7º Cabe à Coordenação do Curso indicar os professores que integram o quadro de orientadores.

§ 1º Os professores orientadores são indicados para períodos de um ano.

§ 2º Os professores orientadores deverão dedicar, no mínimo, três horas semanais às tarefas decorrentes da função.

Art. 8º Aos professores orientadores compete, em especial:

I - proporcionar orientação aos alunos em fase de elaboração do TCC;

II - participar das bancas examinadoras para as quais for designado, em especial as de seus orientandos;

III – atender aos orientandos, semanalmente, no horário estabelecido;

IV - atender às convocações do Coordenador do Curso;

V - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 9º Cabe ao aluno escolher o professor orientador, dentre os listados pela Coordenação do Curso.

§ 1º Ao assinar o projeto de TCC, o professor está aceitando a sua orientação.

§ 2º Se o aluno desejar, poderá indicar um co-orientador, desde que assuma os eventuais custos de tal serviço e obtenha prévia aprovação de seu orientador.

Art. 10. Na indicação dos professores orientadores, o Coordenador do Curso deve observar o Plano de Ação da Coordenação e considerar, sempre que possível, a distribuição de tarefas de acordo com as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles.

Art. 11. Cada professor pode orientar, no máximo, 05 alunos por semestre.

Art. 12. O orientando ou o professor orientador que desejar substituição deve encaminhar requerimento, com a devida justificativa, à Coordenação do Curso que se pronunciará, segundo as circunstâncias apresentadas.

Art. 13. A responsabilidade pela elaboração e apresentação do TCC é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar, adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

TÍTULO III

Da elaboração do TCC

Art. 14. É considerado apto à realização do Trabalho de Conclusão de Curso o aluno que estiver regularmente matriculado em um dos dois últimos períodos do Curso e que tenha obtido aprovação em todas as disciplinas, até o antepenúltimo período.

Art. 15. O aluno em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I – participar das reuniões convocadas pelo Coordenador do Curso ou pelo seu orientador, devendo justificar eventuais faltas;

- II - manter contatos, no mínimo quinzenais, com o orientador, para discussão e aprimoramento de suas tarefas;
- III - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Curso para apresentação de projetos, relatórios parciais e TCC;
- IV - entregar ao orientador, em duas vias e, ao término da primeira etapa de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, relatório parcial das atividades desenvolvidas no período;
- V - elaborar a versão final do seu TCC, de acordo com o presente Regulamento e as instruções do orientador;
- VI – depositar, na Coordenação do Curso e no prazo devido, as 04 (quatro) vias do TCC, devidamente assinadas;
- VII - comparecer em local, dia e hora determinados para apresentação e defesa da versão final do seu TCC;
- VIII - cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO I

Do Projeto de TCC

Art. 16. O aluno deve elaborar o seu projeto de TCC, de acordo com este Regulamento e com as orientações do seu professor orientador.

Parágrafo único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT, sobre documentação, e no manual fornecido pela Coordenação do Curso, no que forem aplicáveis.

Art. 17. A estrutura do projeto de TCC compõe-se de;

- I - apresentação;
- II - definição do problema;
- III - justificativa;
- IV - objetivos;
- V - levantamento bibliográfico inicial;

VI - metodologia a ser empregada;

VII - instrumentos de coleta de dados, quando houver pesquisa de campo;

VIII - cronograma.

Art. 18. O projeto de TCC deve ser entregue ao orientador, em duas vias digitadas e assinadas, até o final do período regular de matrícula.

§ 1º Cabe ao orientador a avaliação e aprovação do projeto apresentado pelo aluno.

§ 2º O projeto que não for aprovado deve ser devolvido ao aluno, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para que seja reformulado ou refeito e possa ser entregue, novamente, ao orientador, antes do término do período de ajuste de matrícula.

§ 3º Uma vez aprovado o projeto, de TCC, um exemplar é arquivado na Coordenação do Curso, permanecendo o outro com o professor orientador.

Art. 19. Para a aprovação do projeto de TCC, deve ser levada em consideração a existência ou não de trabalho já apresentado e defendido com base em projeto idêntico.

Art. 20. Depois de aprovado o projeto de TCC, a mudança de tema somente será permitida mediante a elaboração de um novo projeto e atendimento aos seguintes requisitos:

I – a mudança vir a ocorrer dentro de um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de início do período letivo;

II – o professor orientador ter aprovado a mudança do tema proposto;

III - o professor orientador concordar em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo.

Parágrafo único. A mudança de tema que não comprometa as linhas básicas do projeto é permitida a qualquer tempo, desde que autorizada pelo orientador.

CAPÍTULO II

Do Relatório Parcial

Art. 21. O relatório parcial sobre o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso deve conter informações detalhadas acerca das pesquisas e estudos realizados na primeira fase de

atividades.

Parágrafo único. Aplicam-se à avaliação do relatório parcial, no que couber, os mesmos critérios e notas utilizados na FAFIC para a avaliação das atividades acadêmicas das disciplinas do curso.

CAPÍTULO III

Do Relatório Final

Art. 22. O TCC deve ser elaborado, considerando-se:

I - as normas contidas neste Regulamento;

II - os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação e no Manual de Normas e Instruções Destinado aos Alunos, no que se refere à estrutura formal do texto;

III - os objetivos estabelecidos no artigo 3º deste Regulamento, no que concerne ao conteúdo do trabalho;

IV - a vinculação direta do tema com a profissão futura do aluno, pela sua inserção nas áreas de conhecimento das ciências e técnicas educacionais, referidas nas disciplinas ofertadas no currículo pleno do curso.

Art. 23. A estrutura do TCC compõe-se de:

I - Parte Pré-Textual:

- a) capa;
- b) folha de guarda;
- c) falsa folha de rosto;
- d) folha de rosto;
- e) folha de aprovação;
- f) folha de dedicatória, opcional;
- g) folha de agradecimento, opcional;

- h) epígrafe, opcional;
- i) errata, se necessária;
- j) sumário;
- k) índices ou listas, quadros, tabelas, figuras, fotografias, siglas, abreviaturas;
- l) resumo;

II – Parte Textual ou Corpo do Trabalho:

- a) introdução;
- b) fundamentos teóricos;
- c) definição do problema;
- d) metodologia;
- e) resultados;
- f) discussão dos resultados;
- g) conclusões;
- h) sugestões, se existentes;
- i) referências bibliográficas;

III - Parte Pós-Textual:

- a) anexos (opcional);
- b) glossário (opcional);
- c) notas (opcional);
- d) referências bibliográficas;
- e) última capa.

Art. 24. O TCC deve ser digitado, atendendo às normas contidas no Manual de Normas e Instruções Destinado aos Alunos.

Parágrafo único. Os seguintes requisitos deverão ser obedecidos quando da entrega dos 4 (quatro) exemplares à Coordenação do Curso:

encadernação em capa dura, brochura ou espiral;

§ 1º - As 04 (quatro) vias do TCC a serem entregues na Coordenação do Curso devem ser encadernadas em capa dura, brochura;

§ 2º - A parte textual ou corpo do trabalho deve conter, no mínimo, 30 páginas de texto escrito.

TÍTULO IV

Da Apresentação e da Defesa

CAPÍTULO I

Da Banca Examinadora

Art. 25. A versão final do TCC é defendida pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros, designados pela Coordenação do Curso.

§ 1º Pode integrar a banca examinadora um membro escolhido entre os professores de outros cursos com interesse na área de abrangência da pesquisa, ou entre profissionais de nível superior que exerçam atividades afins com o tema do TCC.

§ 2º Quando da designação da banca examinadora, deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de falta ou impedimento.

Art. 26. A banca examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes.

§ 1º No caso do não comparecimento de um dos professores designados para a banca examinadora, a sua ausência deve ser comunicada, por escrito, à Coordenação do Curso.

§ 2º Deixando de comparecer dois ou mais membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Art. 27. Todos os professores do curso podem ser convocados para participar das bancas examinadoras, mediante indicação do Coordenador do Curso.

Parágrafo único. Sempre que possível, deve ser mantido o equilíbrio no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando-se evitar a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) bancas por semestre.

CAPÍTULO II

Da Defesa do TCC

Art. 28. As sessões de defesa dos TCC são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido ao membro da banca examinadora tornar público os conteúdos e avaliações dos TCC antes de suas defesas.

Art. 29. O Coordenador do Curso deve elaborar calendário semestral, fixando prazos para depósito do TCC, designação das bancas examinadoras e datas para a realização das defesas.

§ 1º Quando o TCC for depositado com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo Colegiado do Curso.

§ 2º Não é admitido um segundo atraso no depósito do TCC e, caso venha a ocorrer o trabalho será reprovado.

Art. 30. Após a data limite para a entrega dos exemplares do TCC, o Coordenador do Curso divulgará a composição das bancas examinadoras, os horários e as salas destinadas às suas defesas.

Art. 31. Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 15 (quinze) dias para procederem à leitura dos TCCs.

Art. 32. Na defesa, o aluno tem até 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho; cada componente da banca examinadora, até 10 (dez) minutos para se pronunciar, e o aluno, mais 5 (cinco) minutos, no máximo, por cada membro da banca, para apresentar as respostas ou informações complementares solicitadas.

CAPÍTULO III

Da Avaliação

Art. 33. A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa.

§ 1º Utilizar-se-ão, para a atribuição das notas, fichas individuais de avaliação, onde o membro da banca apõe suas notas para cada item a ser considerado.

§ 2º A nota de cada membro da banca examinadora irá contribuir média aritmética das notas atribuídas aos diferentes itens pelo examinador.

§ 3º A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 4º Será aprovado, o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 5 (cinco).

Art. 34. A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas respectivo e, em caso de aprovação, na cópia do TCC destinada à Biblioteca da FAFIC.

Art. 35. O aluno que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para a sua defesa oral sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está, automaticamente, reprovado.

Art. 36. Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo a reprovação, nos casos em que houver, definitiva.

§ 1º Se reprovado, fica a critério do aluno continuar, ou não, com o mesmo tema para o TCC e com o mesmo orientador.

§ 2º Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, desde a primeira etapa.

§ 3º Decidindo continuar com o mesmo tema, ao aluno basta inscrever-se novamente.

Art. 37. Ao aluno, cujo TCC haja sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo ou de novo TCC, qualquer que seja a alegação, no semestre letivo em que ocorrer a reprovação.

TÍTULO V
Das Disposições Gerais

Art. 38. Integra este Regulamento o Manual de Normas e Instruções Destinado aos Alunos.

Art. 39. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Técnico-Administrativo CTA da FAFIC.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo IV - VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

CAPÍTULO V

Da Avaliação do Rendimento Acadêmico

Art. 119 A avaliação do rendimento acadêmico nos Cursos de Graduação será feita por semestre letivo, em cada disciplina, buscando detectar o nível de aprendizagem discente nos conteúdos estudados e diagnosticar as dificuldades apresentadas. A avaliação do rendimento acadêmico compreende:

- I. Apuração da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didáticas;
- II. Verificação do aproveitamento acadêmico.

Art. 120 O aproveitamento acadêmico será averiguado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, conforme as peculiaridades das disciplinas.

§1º Entende-se por atividades avaliativas os exercícios acadêmicos de verificação parcial e o exame final, relacionados aos conteúdos das disciplinas ministradas em cada curso.

§2º O aproveitamento acadêmico será expresso por nota compreendida entre 0 (zero) e 10 (dez).

§3º No cálculo da média dos exercícios acadêmicos e da média final, serão desprezadas as frações menores que 0,05 (cinco centésimos) e aproximadas para 0,1 (um décimo) as iguais ou superiores.

§ 4º Terá nota zero, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis, o aluno que se utilizar de meios fraudulentos nas verificações e nos trabalhos desenvolvidos, cabendo ao órgão competente regulamentar as demais medidas disciplinares que forem julgadas convenientes.

§ 5º O aluno que praticar plágio nas atividades acadêmicas será penalizado de acordo com as normas regimentais e a legislação vigente.

Art. 121 Será realizado, em cada semestre letivo, por disciplina, o mínimo de 02 (dois) exercícios acadêmicos de verificação para as disciplinas com carga horária de até 54 (cinquenta e quatro) horas, e o mínimo de 03 (três) para as disciplinas de carga horária superior a 54 (cinquenta e quatro) horas e mais o exame final, quando for o caso, ressalvados os Estágios Supervisionados e os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC que têm regulamentação própria.

§1º É direito do aluno ser informado sobre o resultado obtido em cada exercício acadêmico de verificação.

§2º O professor responsável pela disciplina deverá discutir, em sala de aula, os resultados do exercício de verificação e entregar a Ata de Prova à Coordenação de Curso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a sua realização.

Art. 122 O aluno que deixar de comparecer a uma prova, por disciplina, poderá, mediante requerimento ao Coordenador do Curso, solicitar reposição a ser realizada em época prevista no Calendário Letivo da FAFIC, desde que comprove:

- I. Impedimento legal;
- II. Motivo de doença, atestado por serviço médico especializado;
- III. Motivo de caso fortuito ou de força maior.

§1º O requerimento para a reposição far-se-á, no prazo estipulado no Calendário Letivo da IES e mediante pagamento de taxa definida em regulamento próprio.

§2º O conteúdo da prova de reposição será o mesmo da avaliação a que o aluno não compareceu.

Art. 123 Será considerado aprovado por média, na disciplina, o aluno que satisfizer as seguintes condições:

- I. Ter cumprido o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às atividades didáticas realizadas no semestre letivo;
- II. Ter obtido média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) nas atividades avaliativas.

Art. 124 O aluno que não obtiver aprovação por média, tendo, porém, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e média aritmética igual ou superior a 4,0 (quatro) nas atividades avaliativas, submeter-se-á a exame final.

Art. 125 Não haverá abono de falta, ressalvados os casos previstos em legislação específica.

Art. 126 A ausência coletiva à aula, por uma turma, implicará atribuição de falta a todos os alunos. O professor poderá considerar lecionado o conteúdo programático planejado para o período em que a ausência coletiva se verificar, comunicando ao Coordenador de Curso a ocorrência.

Art.127 Será considerado reprovado, sem direito a exame final, o aluno que se enquadrar em uma das seguintes situações:

- I. Não ter cumprido o mínimo da frequência exigida nas atividades didáticas;
- II. Não ter obtido, no cômputo geral das notas dos exercícios acadêmicos de verificação parcial, a média aritmética mínima 4,0 (quatro);

Art. 128 Será considerado aprovado, mediante exame final, o aluno que obtiver média ponderada igual ou superior a 5,0 (cinco), atribuindo-se peso 6 (seis) à média parcial e peso 4 (quatro) à nota do exame final.

Art. 129 O exame final constará de prova escrita e versará sobre o mínimo de 90% (noventa por cento) do conteúdo programático da disciplina ministrada, contemplando questões discursivas e objetivas.

Parágrafo único. Ressalvado o que dispõe o artigo 131 deste Regimento, o não comparecimento ao exame final importará em nota zero e o aluno será considerado reprovado, e a média obtida será a nota final do período.

Art. 130 Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido ao exame final, comprove impedimento legal, motivo de caso fortuito ou de força maior, ou doença atestada por serviço médico especializado.

§ 1º O candidato a exame de segunda chamada poderá requerê-lo à Coordenação do Curso, por si ou por procurador legalmente constituído, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o exame a que não compareceu, e mediante pagamento de taxa definida em regulamento específico.

§ 2º A data da realização do exame de segunda chamada será fixada pela Coordenação do Curso, de comum acordo com o professor da disciplina.

Art. 131 O aluno reprovado por não ter alcançado a frequência ou as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidas neste Regimento.

Art. 132 O aluno poderá requerer ao Coordenador do Curso, no qual está matriculado, revisão de exame final nas disciplinas em que não tenha atingido a pontuação esperada.

Parágrafo único. O requerimento deverá ser encaminhado à instância competente, no prazo de até 03 (três) úteis, a contar da data de publicação do resultado.

Art. 133 O exame de reposição e o exame final deverão ter seus resultados publicados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a sua realização.

Art. 134 Ao estudante amparado na forma da lei, será permitido o regime de exercícios domiciliares.

Parágrafo único. O benefício de que trata este artigo dependerá da apresentação de atestado médico e deferimento do Diretor Geral da Faculdade.

Art. 135 O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderá ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com a legislação e normas vigentes.

Anexo V REGULAMENTO DA BIBLIOTECA

CAPÍTULO I

Das Finalidades e Objetivos

Art. 1º A Biblioteca da FAFIC, denominada MONSENHOR LUIZ GUALBERTO DE ANDRADE, é coordenada por um Bibliotecário e funciona como suporte pedagógico da Instituição, tendo como finalidades principais o incentivo à leitura, o estímulo à pesquisa bibliográfica e científica, e a orientação de estudo e consultas.

Parágrafo único. Os serviços da Biblioteca são franqueados aos professores, alunos e ao corpo técnico administrativo da Instituição, de acordo com as normas aprovadas pela Diretoria.

Art. 2º São objetivos da Biblioteca:

- I. Desenvolver atividades de coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informação;
- II. Apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão;
- III. Selecionar e adquirir material bibliográfico e documental de interesse para o ensino, a pesquisa e a extensão;
- IV. Efetuar os registros que permitam assegurar o controle e a avaliação do material bibliográfico;
- V. Tratar o material documental de acordo com os processos técnicos adotados;
- VI. Fazer circular, para fins de disseminação de informações junto aos usuários, as coleções bibliográficas;
- VII. Oferecer um serviço de documentação e informação para apoio aos programas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II

Da Estrutura Administrativa

Art. 3º A Biblioteca é subordinada, hierarquicamente, à Direção da FAFIC.

Art. 4º A Coordenação da Biblioteca é exercida por um Bibliotecário registrado no respectivo Conselho Regional Profissional.

CAPÍTULO III

Da Organização Administrativa

Art. 5º Os trabalhos técnico-administrativos da Biblioteca são realizados através dos setores seguintes:

- I. Desenvolvimento do Acervo;
- II. Processos Técnicos;
- III. Manutenção do Patrimônio;
- IV. Serviços ao Usuário;
- V. Circulação;
- VI. Periódicos;
- VII. Multimeios;
- VIII. Informações.

§ 1º São atividades do Setor de Desenvolvimento do Acervo:

- I. Determinar critérios e selecionar material, com base nas necessidades do corpo docente e discente do material documental e de informática a ser adquirido, verificando sua existência nas coleções;
- II. Organizar e manter atualizados, semestralmente, os registros referentes a encomendas e compras;
- III. Organizar e manter atualizado o catálogo de editoras;
- IV. Encaminhar à Direção da FAFIC as solicitações de compra;
- V. Manter relações constantes com as fontes de publicações oficiais, a fim de recebê-las de modo contínuo;
- VI. Elaborar critérios para doações;
- VII. Executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 2º As atividades do Setor de Processos Técnicos são:

- I. Catalogar, segundo os métodos mais adequados, o material documental e de informática;
- II. Organizar e manter atualizados os catálogos e bases de dados que se fizerem necessários à difusão das coleções e outros de natureza auxiliar;
- III. Definir as normas gerais de rotinas específicas de catalogação;
- IV. Classificar o material documental, de acordo com os sistemas dotados;

- V. Preparar o material documental para inserção nas estantes;
- VI. Normatizar as publicações editadas pela FAFIC;
- VII. Executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 3º São atividades do Setor de Manutenção do Patrimônio:

- I. Organizar e manter atualizados os registros de entrada do material adquirido pela Biblioteca;
- II. Zelar pela guarda e conservação do material adquirido;
- III. Executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 4º As atividades do Setor de Serviços ao Usuário são:

- I. Auxiliar os leitores na aquisição do conhecimento dos métodos mais efetivos de utilização do material existente na Biblioteca e dos serviços que esta põe à sua disposição;
- II. Elaborar normas gerais e rotinas específicas para a execução do serviço de referência;
- III. Colaborar na seleção do material a ser adquirido;
- IV. Promover a publicidade das coleções e dos serviços prestados pela Biblioteca;
- V. Programar e organizar exposições;
- VI. Fornecer as informações solicitadas, pessoalmente, por telefone, fax, ou por correspondência;
- VII. Localizar documentos solicitados;
- VIII. Coletar estatísticas de cada serviço;
- IX. Executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 5º O Setor de Circulação tem como atividades:

- I. Elaborar e propor normas do empréstimo individual, interpretá-las, tendo em vista sua aplicação, e cumpri-las;
- II. Encaminhar o material documental às estantes;
- III. Organizar e manter atualizados os registros de empréstimos do material documental;
- IV. Efetuar os serviços de reserva do material documental;
- V. Fazer a cobrança do material documental emprestado e não recebido no prazo devido;
- VI. Aplicar, uma vez aprovado, o sistema de multas pela devolução atrasada do material documental;
- VII. Efetuar a cobrança, aos responsáveis, de importâncias referentes ao material extraviado;
- VIII. Organizar e manter atualizado o cadastro de leitores;
- IX. Executar a reposição do material documental devolvido;

X. Executar outras atividades pertinentes à circulação.

§ 6º As atividades do Setor de Periódicos são:

- I. Registrar os fascículos e volumes dos periódicos adquiridos pela Biblioteca, por meio de compra, doação ou permuta;
- II. Verificar os periódicos cujas assinaturas se fazem necessárias, ou os títulos que devem ter as suas assinaturas suspensas;
- III. Organizar uma listagem de falhas detectadas nas coleções, para a devida aquisição;
- IV. Indicar o material a ser encadernado;
- V. Executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 7º O Setor de Multimeios desenvolve as seguintes atividades:

- I. Catalogar e classificar o acervo do material, incluindo fotocópias, fitas VHS, DVDs, CD-Roms e outros materiais de natureza similar;
- II. Executar outras atividades pertinentes ao setor.

§ 8º São atividades do Setor de Informações:

- I. Atender os usuários da Biblioteca, orientando-os na preparação de referências bibliográficas, monografias, boletins e outros trabalhos;
- II. Efetuar buscas bibliográficas, visando auxiliar os usuários da Biblioteca na localização de literatura especializada sobre temas claramente definidos;
- III. Executar atividades relacionadas à disseminação de informação;
- IV. Executar outras atividades pertinentes a setor.

CAPÍTULO IV

Do Empréstimo

Art. 6º São os seguintes os prazos de empréstimo:

- Para professores:
 - a) livros novos e/ou de grande demanda e de exemplar único: 01 pernoite – das 22h às 08h, ou 01 fim de semana – das 22h da sexta-feira às 08h da segunda-feira;
 - b) demais livros: 10 dias corridos.

- II. Para alunos e membros do corpo técnico-administrativo:
 - a) livros novos e/ou de grande demanda e de exemplar único: 01 pernoite – das 22h às 08h, ou 01 fim de semana – das 22h da sexta-feira às 08h da segunda-feira;
 - b) demais livros: 08 dias corridos.

CAPÍTULO V

Do Extravio e das Multas

Art.7º O livro, uma vez emprestado, passa à inteira responsabilidade do usuário.

Art.8º Na eventualidades de extravio, o fato deve ser comunicado, de imediato, à Biblioteca que adotará as seguintes providências:

- I. cobrança, ao usuário, do valor do exemplar extraviado;
- II. cobrança de multa regulamentar, caso o pagamento do valor do exemplar ocorra após a data estipulada para a devolução do exemplar emprestado.

Parágrafo único. A cobrança do valor de que trata o inciso I poderá ser dispensada, caso o usuário adquira e entregue um novo exemplar do livro extraviado.

Art.9º Por dia de atraso na devolução de cada livro, será cobrada, de qualquer usuário, a multa no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art.10 Não é permitido o empréstimo de qualquer periódico.

Art.11 Os CD-Roms e equipamentos de projeção somente poderão ser emprestados aos professores.

Art.12 O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda a sexta-feira, das 07h às 12h, das 13h às 17h e das 18h às 22h30.

Art.13 Qualquer alteração neste Regulamento somente poderá ser feita pela Direção da FAFIC.

Art.14. Este Regulamento entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS*, nº 7. São Paulo: Cortez, p. 58, 1996.

_____. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. In: *Cadernos ABESS*, nº 08, São Paulo: Cortez, 1998.

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 79, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília, 2010.

_____. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. *Revista Temporalis*, nº 14, Brasília: ABEPSS, 2007.

_____. Estágio, ética e pesquisa: desafios para a formação profissional. *Revista Temporalis*, nº 17, Brasília: ABEPSS, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS na estrutura curricular dos cursos*. Brasília, 2005.

BRASIL. MEC/ INEP. Padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos de Graduação em Serviço Social. Disponível em: www.inep.gov.br/superior/condiçõesdeensino/manuias.

BRASIL. MEC/INEP/DAES/CONAES. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. *Normatiza*

o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Brasília 2010.

_____. Ofício Circular 000074 de 31 de Agosto de 2010. *Definição do NDE, atualização do PDI e PPC e retificação de instrumentos de avaliação.* Brasília, 2010.

BRASIL/MEC/CNE/CES. *Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima para integralização e duração dos cursos de graduação.* DOU, Brasília, 2007.

_____. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. *Estabelece as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social.*

_____. Lei 8.662. *Lei de regulamentação da profissão.* Brasília, 1993.

_____. Ofício Circular 000074 de 31 de Agosto de 2010. *Definição do NDE, atualização do PDI e PPC e retificação de instrumentos de avaliação.* Brasília, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética do assistente social.* CFESS, 1993.

CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Iolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 104, São Paulo: Cortez, 2010.